

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações contábeis
consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas	3
Balanço patrimonial consolidado	5
Demonstração consolidada do resultado	6
Demonstração consolidada do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. (“Banco”) e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

São Paulo, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.

Balanço patrimonial consolidado

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		2014	2013			2014	2013
Ativo		<u>101.112.719</u>	<u>111.188.892</u>	Passivo		<u>93.501.959</u>	<u>104.264.852</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 3)	2.809.259	5.049.961	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(Nota 15)	51.837	555.279
Ativos financeiros com acordo de revenda	(Nota 4)	4.131.013	5.848.911	Passivos financeiros ao custo amortizado	(Nota 16)	84.928.958	96.881.223
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(Nota 5a)	4.554.930	5.842.870	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6a)	1.998.024	1.290.605
Ativos financeiros disponíveis para venda	(Nota 5b)	16.352.958	20.027.187	Provisões	(Nota 17a)	1.360.295	1.654.021
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(Nota 5c)	8.086.836	5.181.200	Passivos tributários correntes	(Nota 18)	1.107.778	160.193
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6a)	1.686.652	1.313.202	Passivos tributários diferidos	(Nota 19a)	334.769	763.838
Empréstimos e recebíveis	(Nota 7a)	52.588.308	57.845.650	Dividendos a pagar	(Nota 21c)	119.331	-
Dividendos a receber		59.604	14.610	Outros passivos	(Nota 20)	3.600.967	2.959.693
Ativos tributários correntes	(Nota 8)	551.568	255.967				
Ativos tributários diferidos	(Nota 9a)	6.599.036	6.697.810	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>7.610.759</u>	<u>6.924.039</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda	(Nota 10)	172.943	159.476				
Investimentos	(Nota 11a)	497.811	518.532	Capital social		7.125.761	7.125.761
Outros ativos	(Nota 12)	2.864.576	2.269.919	Reservas	(Nota 21b)	755.236	372.120
Ativos tangíveis	(Nota 13)	114.337	118.506	Ajustes de avaliação patrimonial	(Nota 21d)	(300.786)	(335.190)
Ativos intangíveis	(Nota 14)	42.888	45.091	Resultado acumulado não apropriado		30.548	(238.652)
				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		<u>1</u>	<u>1</u>
Total do ativo		<u><u>101.112.719</u></u>	<u><u>111.188.892</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>101.112.719</u></u>	<u><u>111.188.892</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o Resultado do período por lote de mil ações)

		2014	2013
Receitas de juros	(Nota 22)	15.954.214	15.455.858
Despesas de juros	(Nota 23)	(10.701.093)	(9.227.176)
Margem financeira		<u>5.253.121</u>	<u>6.228.682</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	(Nota 24)	(150.715)	(477.202)
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(Nota 25)	208.777	(1.644.237)
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda		123.599	56.951
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 26)	378.504	1.461.845
Outros resultados operacionais	(Nota 27)	(550.750)	(83.260)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>5.262.536</u>	<u>5.542.779</u>
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	(Nota 28)	(2.065.047)	(4.159.503)
Despesas de pessoal	(Nota 29)	(1.193.972)	(1.033.193)
Outras despesas administrativas	(Nota 30)	(470.294)	(502.533)
Depreciação e amortização	(Nota 31)	(35.423)	(33.535)
Despesas tributárias	(Nota 32)	(416.213)	(408.461)
Resultado de equivalência patrimonial	(Nota 11a)	33.842	27.061
Resultado na alienação de ativos não financeiros para a venda	(Nota 33)	7.770	(28.702)
Resultado antes de impostos e contribuições e participação nos lucros		<u>1.123.199</u>	<u>(596.087)</u>
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	(Nota 34a)	(572.487)	(458.196)
Impostos e contribuições sobre a renda diferidos	(Nota 34b)	410.923	1.093.839
Participação nos lucros		<u>(189.988)</u>	<u>(231.667)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>771.647</u>	<u>(192.111)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido		<u>771.647</u>	<u>(192.111)</u>
Lucro (Prejuízo) por ações - R\$		7,32	(1,82)
Quantidade de ações (lote de mil)		105.391.473	105.391.473

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	<u>771.647</u>	<u>(192.111)</u>
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>72.954</u>	<u>(1.046.855)</u>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	38.055	(978.101)
Reclassificação do resultado realizado para o resultado	34.899	(68.754)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	<u>(38.550)</u>	<u>404.530</u>
Resultado abrangente total	<u><u>806.051</u></u>	<u><u>(834.436)</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores						Participações não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>7.026.841</u>	<u>585.104</u>	<u>299.612</u>	<u>307.135</u>	<u>(582.670)</u>	<u>7.636.022</u>	<u>1</u>	<u>7.636.023</u>
Aumento de Capital social	98.920	-	-	-	-	98.920	-	98.920
Absorção de Prejuízo	-	(212.984)	(299.612)	-	512.596	-	-	-
Outros eventos - Incorporação BV Participações	-	-	-	-	(520)	(520)	-	(520)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(642.325)	24.053	(618.272)	-	(618.272)
Resultado líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(192.111)</u>	<u>(192.111)</u>	<u>-</u>	<u>(192.111)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>7.125.761</u>	<u>372.120</u>	<u>-</u>	<u>(335.190)</u>	<u>(238.652)</u>	<u>6.924.039</u>	<u>1</u>	<u>6.924.040</u>
Constituição / (reversão) de reservas	-	-	383.116	-	(383.116)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	34.404	-	34.404	-	34.404
Resultado líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>771.647</u>	<u>771.647</u>	<u>-</u>	<u>771.647</u>
Destinação de dividendos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(119.331)</u>	<u>(119.331)</u>	<u>-</u>	<u>(119.331)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>7.125.761</u>	<u>372.120</u>	<u>383.116</u>	<u>(300.786)</u>	<u>30.548</u>	<u>7.610.759</u>	<u>1</u>	<u>7.610.760</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.123.199</u>	<u>(596.087)</u>
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>487.473</u>	<u>4.066.772</u>
Depreciações e amortizações	35.423	33.499
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	2.383.101	4.482.805
Resultado de equivalência patrimonial	(33.842)	(27.061)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(293.726)	(1.239.042)
Juros apropriados e não recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(668.707)	742.573
Juros apropriados e não recebidos de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(843.176)	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(109.479)	(5.090)
Outros resultados operacionais	17.879	79.088
Variação nos ativos e passivos operacionais	<u>(8.433.801)</u>	<u>2.287.679</u>
Variação líquida em ativos financeiros com acordo de revenda	1.717.898	8.065.962
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.831.526)	2.183.491
Variação líquida em instrumentos financeiros derivativos	333.969	221.704
Variação líquida em empréstimos e recebíveis	2.914.464	7.974.438
Variação líquida em dividendos a receber	(44.994)	20.095
Variação líquida em impostos correntes	541.917	195.202
Pagamentos de caixa referentes a passivos tributários correntes	(462.420)	(382.292)
Variação líquida em impostos diferidos	80.628	(454.476)
Variação líquida em ativos não financeiros mantidos para venda	(13.467)	(6.920)
Variação líquida em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(503.442)	(1.086.366)
Variação líquida em passivos financeiros ao custo amortizado	(11.023.457)	(14.141.451)
Outras variações ativas	(594.657)	2.216.333
Outras variações passivas	451.286	(2.518.041)
Caixa líquido gerado (utilizados) pelas operações	<u>(6.823.129)</u>	<u>5.758.364</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		
(Aquisição) ativos financeiros disponíveis para venda	(8.490.487)	(8.187.835)
Alienação e vencimento ativos financeiros disponíveis para venda	14.115.150	9.667.609
(Aquisição) de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(230.539)	(981.688)
(Aquisição) de investimentos	(118.291)	(367.723)
(Aquisição) de ativos tangíveis	(21.179)	(42.334)
(Aquisição) de intangíveis	(43.128)	(22.458)
Alienação de investimentos	125.170	4.667
Alienação de ativos tangíveis	3.970	17.286
Alienação de intangíveis	18.248	12.174
Dividendos recebidos	43.127	34.591
Outros	(286)	(608)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	<u>5.401.755</u>	<u>133.681</u>
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	98.920
Títulos emitidos	189.866	(2.491.196)
Passivos subordinados	(1.118.673)	367.001
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	<u>(928.807)</u>	<u>(2.025.275)</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.350.181)</u>	<u>3.866.770</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.049.961	1.178.101
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	109.479	5.090
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(Nota 3) <u>2.809.259</u>	<u>5.049.961</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.350.181)</u>	<u>3.866.770</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Banco) é uma Instituição de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de sua carteira comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Instituição atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 31 de julho de 2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de junho de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 98.920; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação implicou em um aumento do Capital Social do Banco, no mesmo montante do Patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, noventa seis mil, duzentas e quatro) novas ações, sendo 1.179.896.894 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e quatro) ações ordinárias e 262.199.310 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e dez) ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no Capital Social da empresa incorporada, em substituição das ações desta que foram extintas.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da BV Participações incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 99.090
- Passivos: R\$ 170
- Patrimônio Líquido: R\$ 98.920

Também em 31 de julho de 2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da CP Promotora de Vendas S.A. ao patrimônio da BV Financeira nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de junho de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 65.046; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a CP Promotora teve sua personalidade jurídica extinta e a BV Financeira passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação implicou em aumento do Capital Social da BV Financeira, no mesmo montante do Patrimônio Líquido incorporado, mediante a emissão de 80.601 (oitenta mil e seiscentos e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas à BV Financeira, única acionista da CP Promotora, em substituição das ações desta que foram extintas.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da CP Promotora incorporados pela BV Financeira:

- Ativos: R\$ 220.916
- Passivos: R\$ 155.870
- Patrimônio Líquido: R\$ 65.046

Em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicou em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofreu qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 65.852
- Passivos: R\$ 45.039
- Patrimônio Líquido: R\$ 20.813

As incorporações justificam-se uma vez que representam um aprimoramento da respectiva estrutura societária, promovendo uma racionalização das operações, a simplificação da administração e de procedimentos contábeis e financeiros; minimizando despesas administrativas e otimizando seus ativos e resultados.

2 Principais práticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Votorantim S.A. foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

b. Normas e interpretações que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Alteração da IFRS 10 - Entidades para Investimento – Demonstrações Financeiras Consolidadas, alteração da IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e alteração da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. As alterações requerem que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los. Posteriormente à emissão dessas normas, foram emitidas alterações da IFRS 10, 12 e IAS 27 – Entidades para Investimentos aplicando a exceção à Consolidação, e essas alterações são vigentes imediatamente à emissão desta alteração da norma. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Alteração da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado.

Alteração da IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão da IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Alteração da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

c. Normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e sem adoção antecipada

Alteração da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados na data-base deste relatório impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado.

Alteração da IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de Demonstrações Contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 19 – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Essa alteração não produzirá efeito nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 aplicando a exceção à Consolidação: essas mudanças referem-se à aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Essas alterações específicas na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) - Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes dessas alterações estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor das alterações.

d. Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos na data de negociação - data na qual o Conglomerado se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Conglomerado tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado no exercício em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda por redução no seu valor recuperável, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como resultado de ativos financeiros disponíveis para venda.

O Conglomerado classifica as mensurações de valor justo através da utilização de hierarquia de valor justo, os quais refletem as características dos inputs utilizados na mensuração desses valores:

- Nível 1: Referem-se as informações de preço cotadas no mercado (não ajustado). Assim sendo, consiste no preço de concorrência atual verificado em mercados ativos.
- Nível 2: Compostos pelos inputs observáveis no mercado diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: Refere-se as premissas não baseadas em dados observáveis, mensurada através de métodos acadêmicos e/ou técnicas aprovadas internamente.

Outras informações sobre a hierarquia do valor justo podem ser verificadas na nota explicativa nº 37h.

O Conglomerado avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros indique perda por redução ao seu valor recuperável. No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão com imparidade. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Banco Votorantim S.A., que tem o controle do investimento sob as subsidiárias no exterior, definiu o Real Brasileiro como a moeda funcional das entidades, pois as atividades das operações no exterior são realizadas como uma extensão do Banco Votorantim e não seguem um nível significativo de autonomia.

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

f. Estimativas contábeis e julgamento

A elaboração de Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas por redução no valor recuperável, assim como da análise sobre os passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- nº 5 - Ativos financeiros
- nº 6 - Instrumentos financeiros derivativos
- nº 7 - Empréstimos e recebíveis
- nº 9 - Ativos tributários diferidos
- nº 15 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- nº 17 - Provisões

g. Base de consolidação

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Instituição exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possui poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno. As investidas controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Conglomerado assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim (controladora) e das seguintes investidas controladas:

	Percentual de participação	
	2014	2013
Controladas no País (participação direta)		
Votorantim CTVM Ltda.	99,99	99,99
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	99,99	99,99
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100,00	100,00
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.	100,00	100,00
BVIA - BV Inv. Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	100,00	100,00
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	100,00	100,00
BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A.	(a) -	100,00
BV Financeira FIDC V – Não padronizado	(c) -	100,00
BVIA Fundo Invest. Participações	100,00	100,00
Controladas no País (participação indireta)		
BV Financeira FIDC I	(c) 77,23	58,71
BV Financeira FIDC II	(c) 100,00	22,16
BV Financeira FIDC III	(c) -	100,00
BV Financeira FIDC IV	(c) -	100,00
BV Financeira FIDC VI	(c) 26,73	26,73
BV Empreendimentos e Participações S.A.	(b) 100,00	100,00
BV Empreendimentos Imobiliários SPE I	(b) 100,00	100,00
BV Empreendimentos Imobiliários SPE II	(b) -	100,00
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A.	(b) 100,00	100,00
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	(b) 80,00	80,00
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A.	(b) 100,00	-
Controladas no exterior (participação direta)		
Votorantim Bank Limited	99,99	99,99
Banco Votorantim Securities Inc.	100,00	100,00
Votorantim Securities (UK) Limited	100,00	100,00

- a) Empresa incorporada pelo Banco Votorantim S.A., vide nota explicativa nº 1;
- b) A partir de 1º de janeiro de 2013, pela obrigatoriedade da aplicação do IFRS 10, o Conglomerado passou a consolidar integralmente as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), que são controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A.; e
- c) Participação representada sobre a totalidade das cotas dos FIDC. O Conglomerado é detentor de 100% das cotas subordinadas. Os saldos referentes aos ativos líquidos de FIDC atribuídos aos cotistas seniors estão descritos na Nota Explicativa nº 16b.

h. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Conglomerado na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

i. Posição patrimonial das controladas

i. Controladas no País (participação direta)

Em 31 de dezembro de 2014

	Vot. CTVM	Vot. DTVM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA	Vot. Corretora de Seguros	BVIA FIP
Ativo circulante	402.863	150.378	21.794.652	28.964.848	18	10.369	274.168	780.769
Ativo não circulante	16.995	21.008	26.700.908	1.899.827	-	24.277	35	-
Total do ativo	<u>419.858</u>	<u>171.386</u>	<u>48.495.560</u>	<u>30.864.675</u>	<u>18</u>	<u>34.646</u>	<u>274.203</u>	<u>780.769</u>
Passivo circulante	142.832	73.226	14.942.888	2.619.433	32	3.488	208.418	5.158
Passivo não circulante	15.133	16.029	32.612.051	27.315.575	-	-	24	-
Patrimônio líquido	261.893	82.131	940.621	929.667	(14)	31.158	65.761	775.611
Total do passivo	<u>419.858</u>	<u>171.386</u>	<u>48.495.560</u>	<u>30.864.675</u>	<u>18</u>	<u>34.646</u>	<u>274.203</u>	<u>780.769</u>

Em 31 de dezembro de 2013

	Vot. CTVM	Vot. DTVM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA	Vot. Corretora de Seguros	BV Sistemas	FIDC V	BVIA FIP
Ativo circulante	348.464	160.621	25.095.942	23.365.714	11	93	238.615	40.254	43.339	596.436
Ativo não circulante	16.054	8.594	30.687.555	6.898.723	-	-	26	25.598	-	-
Total do ativo	<u>364.518</u>	<u>169.215</u>	<u>55.783.497</u>	<u>30.264.437</u>	<u>11</u>	<u>93</u>	<u>238.641</u>	<u>65.852</u>	<u>43.339</u>	<u>596.436</u>
Passivo circulante	99.590	68.661	45.392.490	5.023.336	-	-	172.858	43.562	162	121
Passivo não circulante	8.699	9.860	7.952.064	23.850.174	-	-	22	1.477	-	-
Patrimônio líquido	256.229	90.694	2.438.943	1.390.927	11	93	65.761	20.813	43.177	596.315
Total do passivo	<u>364.518</u>	<u>169.215</u>	<u>55.783.497</u>	<u>30.264.437</u>	<u>11</u>	<u>93</u>	<u>238.641</u>	<u>65.852</u>	<u>43.339</u>	<u>596.436</u>

ii. Controladas no País (participação indireta)

Em 31 de dezembro de 2014

	FIDC I	FIDC II	FIDC VI	BV Emp. e Part.	SPE I	Senador Dantas SPE	IRE República	Henri Dunant
Ativo circulante	170.717	23.405	1.652.030	187.399	1	56.508	5.266	2
Ativo não circulante	35.928	-	116.850	558.855	-	-	10.506	35.544
Total do ativo	206.645	23.405	1.768.880	746.254	1	56.508	15.772	35.546
Passivo circulante	965	15.787	671	39.228	-	-	26	1
Patrimônio líquido	205.680	7.618	1.768.209	707.026	1	56.508	15.746	35.545
Total do passivo	206.645	23.405	1.768.880	746.254	1	56.508	15.772	35.546

Em 31 de dezembro de 2013

	FIDC I	FIDC II	FIDC III	FIDC IV	FIDC VI	BV Emp. e Part.	SPE I	SPE II	Senador Dantas SPE	IRE República
Ativo circulante	251.194	328.687	36.723	26.236	1.753.972	147.050	1	1	87.958	38
Ativo não circulante	2.787	-	-	-	622.708	617.640	-	-	-	52.562
Total do ativo	253.981	328.687	36.723	26.236	2.376.680	764.690	1	1	87.958	52.600
Passivo circulante	987	7.158	184	25.477	951	115.505	-	-	42.171	1
Patrimônio líquido	252.994	321.529	36.539	759	2.375.729	649.185	1	1	45.787	52.599
Total do passivo	253.981	328.687	36.723	26.236	2.376.680	764.690	1	1	87.958	52.600

iii. Controladas no exterior (participação direta)

	2014			2013		
	VBL	BV Securities	BV Securities UK	VBL	BV Securities	BV Securities UK
Ativo circulante	73.757	10.289	18.079	63.992	19.344	14.786
Ativo não circulante	1.020	493	89	1.357	378	32
Total do ativo	74.777	10.782	18.168	65.349	19.722	14.818
Passivo circulante	26.676	7.641	414	20.925	206	23
Passivo não circulante	-	212	-	-	-	-
Patrimônio líquido	48.101	2.929	17.754	44.424	19.516	14.795
Total do passivo	74.777	10.782	18.168	65.349	19.722	14.818

- j. Moeda estrangeira**
Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Na data-base, os ativos e passivos da agência e das empresas controladas no exterior são convertidos para a moeda de apresentação adotada pela Instituição, pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço.
- k. Compensação de instrumentos financeiros**
Ativos e passivos financeiros somente são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- l. Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
- m. Instrumentos financeiros com compromisso de recompra/revenda**
Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Conglomerado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Conglomerado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.
- Inversamente, para os títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica, o montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial como “Ativos financeiros com acordo de revenda”, refletindo assim a substância econômica da transação. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em ‘Receita de juros’, e é apropriada durante o prazo do contrato, utilizando a taxa de juros efetiva.
- n. Instrumentos financeiros**
De acordo com o IAS39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – derivativos;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O Banco Votorantim S.A., através de sua administração classifica em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas os instrumentos financeiros em categorias que reflitam da maneira mais adequada a natureza e as características de tais instrumentos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e/ou revertidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco Votorantim S.A transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão (IAS39). Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Banco Votorantim S.A reavalia o seu controle e determina se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impede de efetuar tal reversão. Os passivos financeiros são revertidos quando da sua liquidação ou extinção.

- i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação -** São os ativos adquiridos e incorridos principalmente com a intenção de serem negociados no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação, exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de *hedge* contábil. O Banco Votorantim S.A. optou por divulgar os derivativos em linha segregada do Balanço Patrimonial consolidado (Item (iii)).

Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada têm seu custo amortizado calculado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. A remuneração calculada pelo custo amortizado dos ativos financeiros reconhecidos inicialmente é apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros.

A remuneração dos ativos financeiros mantidos para negociação é considerada incidente às operações de negociação do Banco Votorantim S.A. e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos mantidos para negociação na rubrica “Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como Resultado de ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio do resultado.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo - São os ativos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado, ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo, ou, ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

iii. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”.

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda - Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. As mudanças do seu valor justo que não sejam perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas líquidos dos efeitos tributários dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

v. Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Caso o Conglomerado tenha intenção e a capacidade de manter ativos financeiros até o vencimento, tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

vi. Empréstimos e recebíveis - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os rendimentos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como receita de juros. Os empréstimos e recebíveis que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

o. Baixa de instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo tiver expirado; ou
- O Conglomerado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
 - O Conglomerado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - O Conglomerado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Os empréstimos e recebíveis que atingem 360 dias de atraso são baixados contra a provisão para perdas na redução ao valor recuperável, exceto quando existir alguma expectativa de recuperação.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro baseado em contrato é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original, é reconhecido um novo passivo, e a diferença apurada no valor contábil é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os passivos financeiros não sofreram substituições significativas.

p. Hedge accounting

O Conglomerado mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiro para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são

classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários. Não foram classificados operações de *Hedge* de fluxo de caixa nessa demonstração financeira.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

q. Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado.

Para ativos e passivos financeiros sem mercado ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas são estabelecidas com observância de critérios consistentes e verificáveis e podem incluir:

- A comparação com operações recentes contratadas com terceiros;
- A referência a outros instrumentos que são substancialmente similares;
- A análise de fluxos de caixa descontados; e
- Modelos de precificação convencionais e consagrados.

As principais informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

r. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado periodicamente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A mensuração do valor recuperável se aplica aos seguintes ativos financeiros presentes no Balanço Patrimonial, sejam eles atribuídos ao segmento Atacado ou ao segmento Varejo:

- Ativos financeiros com acordo de revenda;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e

- Empréstimos e recebíveis.

Além dos ativos mencionados acima, são considerados todos os itens fora do balanço que apresentam riscos de crédito para a entidade como, por exemplo, avais e fianças prestadas.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração de perda no seu valor recuperável consideram as fases do ciclo de vida do ativo financeiro, sendo estas: originação/aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de imparidade, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Conglomerado não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo, da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de perda no seu valor recuperável indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Conglomerado, os seguintes fatos são considerados pela instituição como evidência objetiva de perda no seu valor recuperável:

- O não pagamento;
- Atraso no pagamento,
- Uma reestruturação do valor devido sobre condições que o Conglomerado não consideraria em outras transações;
- Indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência;
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título.

O Conglomerado, primeiramente, avalia se existe evidência objetiva de perda no seu valor recuperável para ativos individualmente significativos ou coletivamente para ativos massificados.

Para este fim, são considerados como ativos individualmente significativos aqueles ativos cujo valor nominal é igual ou superior ao valor de referência individualmente significativo (valor correspondente à aplicação de um percentual sobre o Patrimônio de Referência). Estas operações sofrem avaliação periódica (contrato a contrato) no que diz respeito à capacidade de pagamento do tomador ou do grupo econômico do tomador, qualidade das garantias oferecidas e atendimento de todas as condições negociadas contratualmente.

Aquelas operações que não se enquadrarem no patamar definido como ativos individualmente significativos, são classificadas como operações massificadas e avaliadas de forma conjunta.

Caso um ativo individualmente significativo apresente uma ou mais evidências objetivas de perda, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente estimado dos fluxos de caixa.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos definidos como material é revisado pelo menos trimestralmente, e mais regularmente quando as circunstâncias assim o exigem. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma massificada, o Conglomerado utiliza sistema interno de avaliação que considera tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do

prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração.

A carteira de operações massificadas é dividida de maneira a identificar grupos com níveis homogêneos nos parâmetros observados de probabilidade de inadimplência e de perdas atribuídas à inadimplência e estabilidade em tais parâmetros em um determinado período histórico. Cada um desses grupos demonstra níveis distintos desses parâmetros. A formação de grupos homogêneos é direcionada por critérios como produto, modalidade e prazo.

Nestes casos, a mensuração da provisão para perdas é efetuada com base em métodos estatísticos que levam em consideração a perda, dado o descumprimento da obrigação (calculada com base nos dados históricos de perdas para os casos em que as evidências de perda foram identificadas).

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro, medido pelo custo amortizado, calculada com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados é reconhecida no resultado e apresentada na demonstração de resultado como resultado de perdas por redução ao valor recuperável, em contrapartida de conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Quando possível, o Conglomerado procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

ii. Ativos não financeiros

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na rubrica “Outros resultados operacionais”.

s. Cessão de ativos financeiros

Ao aplicar as práticas contábeis aos ativos financeiros cedidos, o Conglomerado considerou o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para outra entidade:

- Quando o Conglomerado transferiu ativos financeiros para outra entidade, mas não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no balanço do Conglomerado.
- Quando o Conglomerado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade que não seja controlada, os ativos são baixados do balanço do Conglomerado.

- Quando o Conglomerado não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados a ativos financeiros transferidos, e retém o controle dos ativos transferidos, o Conglomerado continua a reconhecer o ativo transferido na extensão da sua continuidade no envolvimento do ativo financeiro transferido.

No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros ou para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, porém os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Desta forma, o Conglomerado permanece a reconhecer estas operações no seu balanço e um passivo associado.

t. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos e grupos de ativos não correntes mantidos para venda são classificados como destinados à venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de venda em vez do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada concluída dentro de um ano da data de classificação. O valor contábil destes itens é registrado inicialmente no balanço pelo menor valor entre; (a) valor justo dos bens menos os custos estimados para sua venda; (b) o valor contábil do empréstimo.

u. Investimentos

i. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Conglomerado possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou em conjunto dessas políticas. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado do controle de um acordo, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem os ativos que o Conglomerado controla e os passivos incorridos durante o curso das atividades da operação em conjunto, as despesas incorridas pelo Conglomerado e sua participação nas receitas geradas pela operação em conjunto. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

v. Ativos contingentes

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu

reconhecimento é apropriado. Não foram reconhecidos ativos com essas características nas demonstrações financeiras.

w. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Veículos - 20%;
- Sistemas de processamento de dados - 20%;
- Demais itens – 10%;
- Benfeitorias em propriedade de terceiros - prazo do contrato de aluguel.

O software comprado como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A entidade avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

x. Ativos intangíveis

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada na rubrica “Depreciação e amortização”, nota explicativa nº 31.

y. Impostos e contribuições sobre a renda

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	(a) 15%
PIS / PASEP	(b) 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(b) 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

- a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. Para as empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.
- b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela

Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

z. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esta categoria de passivos em conformidade com as normas de contabilidade internacional (IAS39) pode ser dividida em duas categorias distintas:

- i. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado – designados a valor justo -** O Conglomerado não possuía nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado - designados a valor justo em sua carteira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
- ii. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação -** Correspondem a operações compromissadas, empréstimos de ações, títulos emitidos, passivos subordinados, empréstimos e repasses e instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de *hedge* ou sejam passivos financeiros designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

aa. Passivos financeiros ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

i. Passivos financeiros associados a ativos transferidos

São compostos:

- Pelas obrigações contratuais firmadas junto aos cessionários, adquirentes de carteiras de empréstimos e recebíveis com cláusula de coobrigação ou retenção significativa de risco de crédito; e
- Posição patrimonial dos cotistas participantes dos fundos de investimento em direitos creditórios, consolidados nessas Demonstrações Contábeis, conforme notas explicativas nºs 2g e 2i.

Os passivos financeiros junto aos cessionários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

ii. Depósitos de instituições financeiras e de clientes

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses depósitos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

iii. Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

Aqueles que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

bb. Provisões

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, reconhecidas com base na avaliação de risco da Administração.

cc. Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária.

Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas.

dd. Receitas e despesas de juros

Para todos os instrumentos financeiros que geram juros, a receita ou despesa de juros são registradas utilizando a taxa pactuada, incluindo as variações cambiais dos contratos em moeda estrangeira. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não das perdas futuras de crédito. Os custos incrementais que são diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros, são apresentados na rubrica “Resultado líquido de serviços e comissões”.

ee. Resultado líquido de serviços e comissões

O Conglomerado auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente não será usado, a receita é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

ff. Receita de dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de ativos financeiros contabilizados ao valor justo por meio do resultado ou em Outras receitas operacionais, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

gg. Segmentos operacionais

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que em certos casos é mensurado de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e estão segregadas entre os segmentos: atacado e varejo.

As receitas de juros são reportadas líquidas, seguindo a forma de medição de desempenho dos negócios, e não de receita bruta e despesas separadamente. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

hh. Administração de fundos de investimentos

O Conglomerado gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. Esses fundos não são consolidados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado, exceto aqueles fundos controlados pelo Conglomerado, cujas informações estão dispostas na Nota Explicativa nº 2g.

ii. Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço patrimonial consolidado e Demonstração consolidada do resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a melhor evidenciar a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de “Obrigações legais” para “Provisões”;
- Reclassificação resultado não realizado do site meu carro novo;
- Reclassificação de Box de opções para “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”;
- Reclassificação de “Resultados acumulados não apropriados”; e
- Reclassificação para apresentação líquida do efeito de adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

	2013		
	Divulgação anterior	Reclassificações	Divulgação atual
Ativo			
Empréstimos e recebíveis	57.864.293	(18.643)	57.845.650
Ativos tributários diferidos	6.690.795	7.015	6.697.810
Outros ativos	2.251.276	18.643	2.269.919
Ativos intangíveis	52.665	(7.574)	45.091
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	411.681	143.598	555.279
Passivos financeiros ao custo amortizado	97.024.821	(143.598)	96.881.223
Provisões	1.649.247	4.774	1.654.021
Passivos tributários correntes	160.752	(559)	160.193
Obrigações legais	4.774	(4.774)	-
Reservas	133.468	238.652	372.120
Resultados acumulados não apropriados	-	(238.652)	(238.652)
Resultado			
Receitas de juros	14.253.954	1.201.904	15.455.858
Despesas de juros	(7.724.118)	(1.503.058)	(9.227.176)
Resultado líquido de serviços e comissões	(478.820)	1.618	(477.202)
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.745.796)	101.559	(1.644.237)
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda	68.754	(11.803)	56.951
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.456.843	5.002	1.461.845
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	(4.172.665)	13.162	(4.159.503)
Outros resultados operacionais	1.035.379	(1.118.639)	(83.260)
Despesas de pessoal	(1.033.206)	13	(1.033.193)
Outras despesas administrativas	(501.363)	(1.170)	(502.533)
Despesas tributárias	(1.719.873)	1.311.412	(408.461)

jj. Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2015.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	190.377	207.095
Caixa	211	527
Depósitos bancários	108.836	135.404
Reservas Livres	7.256	9.004
Disponibilidades em moedas estrangeiras	74.074	62.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez - (a)	2.618.882	4.842.866
Operações compromissadas - Posição bancada	1.720.876	3.827.684
Aplicações em depósitos interfinanceiros	452.705	874.909
Aplicações em moedas estrangeiras	445.301	140.273
Total	<u>2.809.259</u>	<u>5.049.961</u>

- a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

4 Ativos Financeiros com acordo de revenda

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Valor de Mercado (contábil)</u>	<u>Valor Justo da Garantia</u>	<u>Valor de Mercado (contábil)</u>	<u>Valor Justo da Garantia</u>
Oper. comprom. - Posição bancada	7.717	7.835	4.453.334	4.482.723
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.142.995	4.156.703
Notas do Tesouro Nacional	-	-	240.183	229.891
Outros	7.717	7.835	70.156	96.129
Oper. comprom. - Posição financiada	4.105.563	4.131.813	1.088.299	1.139.678
Letras do Tesouro Nacional	4.105.563	4.131.813	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.088.299	1.139.678
Oper. comprom. - Posição vendida	17.733	18.004	307.278	301.731
Letras do Tesouro Nacional	-	-	91.200	90.630
Notas do Tesouro Nacional	-	-	216.078	211.101
Outros	17.733	18.004	-	-
Total	<u>4.131.013</u>	<u>4.157.652</u>	<u>5.848.911</u>	<u>5.924.132</u>

5 Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2014			2013		
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>	<u>Ganho/ (perda) não realizado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>	<u>Ganho/ (perda) não realizado</u>
No País	<u>4.246.574</u>	<u>4.238.202</u>	<u>(8.372)</u>	<u>5.477.804</u>	<u>5.506.396</u>	<u>28.592</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.477.052	1.509.889	32.837	596.414	610.468	14.054
Letras do Tesouro Nacional	590.622	584.374	(6.248)	2.395.613	2.396.085	472
Notas do Tesouro Nacional	1.204.256	1.183.680	(20.576)	1.132.297	1.118.049	(14.248)
Certif. de Receb. Imobiliários	116	116	-	24.778	24.771	(7)
Debêntures	1.099	802	(297)	175.785	208.748	32.963
Títulos da Dívida Agrária	13.212	13.302	90	22.581	23.030	449
Cêdulas de Produto Rural	94.772	90.749	(4.023)	188.841	182.975	(5.866)
Cotas de Fundos de Invest.	686.528	686.528	-	862.106	862.106	-
Cotas de FIP	66.278	66.278	-	51.770	51.770	-
Ações de Cias. Abertas	27.567	17.252	(10.315)	27.619	28.394	775
Letras Financeiras	84.376	84.376	-	-	-	-
Outros Títulos	696	856	160	-	-	-
No exterior	<u>320.571</u>	<u>316.728</u>	<u>(3.843)</u>	<u>340.289</u>	<u>336.474</u>	<u>(3.815)</u>
Governos estrangeiros	26.562	26.562	-	46.850	46.850	-
Tesouro nacional	37.307	36.262	(1.045)	35.601	34.263	(1.338)
Outros títulos	256.702	253.904	(2.798)	257.838	255.361	(2.477)
Total	<u>4.567.145</u>	<u>4.554.930</u>	<u>(12.215)</u>	<u>5.818.093</u>	<u>5.842.870</u>	<u>24.777</u>

O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2014			2013		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País	<u>16.176.754</u>	<u>15.723.477</u>	<u>(453.277)</u>	<u>20.020.829</u>	<u>19.491.617</u>	<u>(529.212)</u>
Letras Financeiras	206.358	206.236	(122)	88.104	88.104	-
Letras do Tesouro Nacional	7.017.558	6.943.354	(74.204)	11.154.501	10.905.390	(249.111)
Notas do Tesouro Nacional	2.975.523	2.865.182	(110.341)	2.836.732	2.714.378	(122.354)
Certif. de Receb. Imobiliários	212.378	214.882	2.504	39.499	40.244	745
Debêntures	3.146.049	3.029.375	(116.674)	2.706.571	2.664.310	(42.261)
Cédulas de Produto Rural	528.407	512.787	(15.620)	792.896	785.185	(7.711)
Certif. de Receb. Agronegócio	40.676	38.440	(2.236)	194.865	196.663	1.798
Notas Promissórias	172.142	171.560	(582)	306.410	306.410	-
Cotas de Fundos de Invest.	12.351	12.351	-	10.885	10.885	-
Cotas de FIDC	5.694	5.694	-	4.862	4.862	-
Cotas de FIP	542.151	542.151	-	470.972	470.972	-
Ações de Cias. Abertas (a)	123.499	61.557	(61.942)	156.632	64.700	(91.932)
Ações de Cias. Fechadas (a)	1.087.775	1.057.525	(30.250)	1.137.579	1.160.170	22.591
Outras ações e cotas	6	6	-	6	6	-
Invest. por incentivos fiscais	106.011	62.201	(43.810)	120.139	79.162	(40.977)
Títulos patrimoniais	176	176	-	176	176	-
No exterior	<u>671.052</u>	<u>629.481</u>	<u>(41.571)</u>	<u>560.791</u>	<u>535.570</u>	<u>(25.221)</u>
Outros títulos (a)	<u>671.052</u>	<u>629.481</u>	<u>(41.571)</u>	<u>560.791</u>	<u>535.570</u>	<u>(25.221)</u>
Total	<u>16.847.806</u>	<u>16.352.958</u>	<u>(494.848)</u>	<u>20.581.620</u>	<u>20.027.187</u>	<u>(554.433)</u>

- a) Em 31 de dezembro de 2014, os montantes de ganho/perda não realizado das Ações de Cias. Abertas contemplam provisão para perdas ao valor recuperável no montante de R\$ 98.103 (R\$ 60.117 em 2013), Ações de Cias. Fechadas no montante de R\$ 6.080 (R\$ 3.843 em 2013) e Outros Títulos no Exterior (Eurobonds) no montante de R\$ 39.374 (R\$ 34.726 em 2013), que foram reclassificadas do Patrimônio líquido em contrapartida da rubrica "Resultado de perdas por redução ao valor recuperável".

O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

c. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2014			2013		
	Valor do custo (contábil)	Valor justo	Ganho/ (perda) não realizado	Valor do custo (contábil)	Valor justo	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Letras do Tesouro Nacional	6.239.009	6.206.232	(32.777)	3.801.595	3.801.595	-
Notas do Tesouro Nacional	<u>1.847.827</u>	<u>1.828.995</u>	<u>(18.832)</u>	<u>1.379.605</u>	<u>1.372.845</u>	<u>(6.760)</u>
Total	<u>8.086.836</u>	<u>8.035.227</u>	<u>(51.609)</u>	<u>5.181.200</u>	<u>5.174.440</u>	<u>(6.760)</u>

Em 31 de dezembro de 2014, ocorreu a reclassificação de Títulos Públicos Federais no montante de R\$ 1.831.919 em Letras do Tesouro Nacional (R\$ 3.801.595 em Letras do Tesouro Nacional e R\$ 397.917 em Notas do Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2013), passando da categoria “Ativos financeiros disponíveis para venda” para a categoria “ativos financeiros mantidos até o vencimento” em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. Os ativos financeiros foram transferidos de categoria contábil pelo seu valor justo na data da transferência. Com a reclassificação os títulos passaram a ser mensurados ao custo amortizado, não gerando impacto no resultado na data de transferência. O Conglomerado declara que têm capacidade e intenção financeira de mantê-las até o vencimento. Adicionalmente, os ativos em referência podem ser utilizados como lastros em operações compromissadas.

6 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição em contas patrimoniais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Diferencial a receber de <i>swap</i> (Nota 6b)	1.041.868	847.131
Contratos de termo de moeda (Nota 6c)	39.740	39.493
Posição comprada de opções (Nota 6d)	264.485	120.557
Derivativos de crédito (Notas 6g e 6h)	5.429	1.934
<i>Non Deliverable Forward</i> (Nota 6f)	181.827	218.075
Outros (liquidação diária de futuros)	<u>153.303</u>	<u>86.012</u>
Total	<u>1.686.652</u>	<u>1.313.202</u>
Passivo		
Diferencial a pagar de <i>swap</i> (Nota 6b)	(960.579)	(919.411)
Contratos de termo de moeda (Nota 6c)	(36.285)	(39.730)
Posição vendida de opções (Nota 6d)	(603.991)	(199.609)
Derivativos de crédito (Notas 6g e 6h)	(6.727)	(5.808)
<i>Non Deliverable Forward</i> (Nota 6f)	(55.639)	(54.081)
Outros (liquidação diária de futuros)	<u>(334.803)</u>	<u>(71.966)</u>
Total	<u>(1.998.024)</u>	<u>(1.290.605)</u>

O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

b. Composição dos contratos de swap por indexador

	2014			2013		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa	29.469.066	34.063.383	33.851.602	23.480.030	26.707.130	26.253.261
DI	19.962.550	21.888.605	21.679.343	12.071.630	13.501.217	13.181.489
Dolar	2.411.962	3.062.550	2.985.674	2.411.323	2.834.773	2.859.744
Euro	-	-	-	29.820	37.765	37.979
IGPM	468.000	770.246	769.703	513.150	800.671	817.499
IPCA	5.575.897	7.126.313	7.002.743	5.888.945	6.824.583	6.650.607
INCC	3.750	4.037	4.257	3.750	3.751	4.314
Prefixado	755.175	856.060	1.049.208	2.098.578	2.188.886	2.178.850
Libor	226.493	290.250	291.888	431.105	483.540	489.891
Commodities	8.802	8.802	8.385	5.053	5.179	5.000
TJLP	38.699	38.782	42.666	26.676	26.765	27.888
Outros	17.738	17.738	17.735	-	-	-
Posição passiva	(29.469.066)	(34.072.672)	(33.770.313)	(23.480.030)	(26.791.667)	(26.325.541)
DI	(8.681.351)	(10.423.807)	(10.634.739)	(9.973.638)	(11.106.919)	(11.171.528)
Dolar	(3.798.871)	(3.832.685)	(3.344.857)	(3.201.338)	(3.544.609)	(2.693.419)
Euro	(29.089)	(30.278)	(29.752)	(10.829)	(11.664)	(11.655)
IGPM	(262.000)	(522.864)	(527.862)	(332.000)	(603.388)	(622.154)
IPCA	(5.377.437)	(7.695.247)	(7.624.901)	(5.463.436)	(7.138.929)	(7.050.905)
Prefixado	(9.875.587)	(9.997.130)	(10.137.949)	(2.968.078)	(2.746.460)	(3.232.143)
TR	-	-	-	(7.865)	(15.381)	(15.644)
Libor	(599.990)	(698.078)	(688.896)	(866.838)	(944.747)	(926.495)
TJLP	(818.196)	(846.045)	(754.866)	(653.735)	(677.301)	(599.319)
Commodities	(18.518)	(18.511)	(18.467)	(2.273)	(2.269)	(2.279)
Outros	(8.027)	(8.027)	(8.024)	-	-	-
Posição líquida	-	(9.289)	81.289	-	(84.537)	(72.280)

c. Composição dos contratos de termo por indexador

	2014			2013		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa						
Termo de moeda	39.740	39.740	39.740	38.931	38.931	39.493
Total	39.740	39.740	39.740	38.931	38.931	39.493
Posição passiva						
Termo de moeda	(39.740)	(39.740)	(36.285)	(38.931)	(38.931)	(39.730)
Total	(39.740)	(39.740)	(36.285)	(38.931)	(38.931)	(39.730)

d. Composição dos contratos de opções por indexador

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>
De compra – Posição Comprada	4.545.036	232.562	3.786.357	103.411
Moeda estrangeira	2.692.456	82.480	3.090.925	58.250
Opções Flexíveis	1.601.580	146.851	523.432	42.927
Ações	113.000	3.189	172.000	2.234
Outros	138.000	42	-	-
De venda – Posição Comprada	44.549.294	31.923	5.741.472	17.146
Moeda estrangeira	3.560.278	7.774	1.172.150	901
Índice DI	38.751.600	-	3.928.000	-
Opções Flexíveis	1.808.736	2.777	149.122	1.077
Ações	406.000	21.317	439.200	12.182
Outros	22.680	55	53.000	2.986
De compra – Posição Vendida	(7.510.513)	(582.691)	(3.988.746)	(186.115)
Moeda estrangeira	(3.857.110)	(194.711)	(2.870.750)	(66.283)
Opções Flexíveis	(3.146.403)	(386.475)	(1.084.596)	(119.525)
Ações	(507.000)	(1.505)	(33.400)	(307)
De venda – Posição Vendida	(41.951.361)	(21.300)	(6.298.538)	(13.494)
Moeda estrangeira	(2.177.098)	(3.023)	(1.809.925)	(1.203)
Índice DI	(38.742.500)	-	(3.925.500)	-
Opções Flexíveis	(781.223)	(9.687)	(291.111)	(6.836)
Ações	(225.700)	(8.335)	(272.002)	(5.455)
Outros	(24.840)	(255)	-	-
Posição líquida	<u>(367.544)</u>	<u>(339.506)</u>	<u>(759.455)</u>	<u>(79.052)</u>

e. Composição dos contratos de futuros por indexador

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Compromissos de compra	<u>22.035.623</u>	<u>18.007.846</u>
DI	7.899.042	5.155.013
Moedas	1.299.699	1.668.148
Índice	289.913	95.945
Cupom cambial	12.545.740	11.079.221
<i>Commodities</i>	1.229	9.519
Compromissos de venda	<u>(52.054.771)</u>	<u>(53.937.189)</u>
DI	(28.916.524)	(38.878.463)
Moedas	(2.436.718)	(1.600.801)
Cupom cambial	(20.700.843)	(13.444.252)
<i>Commodities</i>	<u>(686)</u>	<u>(13.673)</u>
Posição líquida	<u>(30.019.148)</u>	<u>(35.929.343)</u>

f. Composição dos contratos de NDF por indexador

	2014		2013	
	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor justo (contábil)</u>
Ativo				
Dólar	2.573.955	179.575	3.378.229	172.975
Euro	7.168	719	11.169	1.071
Outros	13.573	1.533	81.853	44.029
Total	<u>2.594.696</u>	<u>181.827</u>	<u>3.471.251</u>	<u>218.075</u>
Passivo				
Dólar	(1.223.330)	(43.507)	(1.750.603)	(44.255)
Euro	(335.377)	(10.942)	(50.399)	(8.485)
Outros	(90.828)	(1.190)	(181.126)	(1.341)
Total	<u>(1.649.535)</u>	<u>(55.639)</u>	<u>(1.982.128)</u>	<u>(54.081)</u>
Posição líquida	<u>945.161</u>	<u>126.188</u>	<u>1.489.123</u>	<u>163.994</u>

g. Derivativos de crédito

	2014		2013	
	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor de mercado</u>
Risco recebido				
Swaps de crédito	225.782	(5.281)	413.867	(1.688)
Total	<u>225.782</u>	<u>(5.281)</u>	<u>413.867</u>	<u>(1.688)</u>
Risco transferido				
Swaps de crédito	438.273	(3.983)	503.659	2.186
Total	<u>438.273</u>	<u>(3.983)</u>	<u>503.659</u>	<u>2.186</u>

h. Derivativos de crédito por indexador

	2014			2013		
	<u>Valor original</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor original</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
Posição ativa						
Pré-fixado	185.939	5.384	5.429	167.894	2.059	1.934
Total	<u>185.939</u>	<u>5.384</u>	<u>5.429</u>	<u>167.894</u>	<u>2.059</u>	<u>1.934</u>
Posição passiva						
Pré-fixado	(478.116)	(5.953)	(6.727)	(749.632)	(676)	(5.808)
Total	<u>(478.116)</u>	<u>(5.953)</u>	<u>(6.727)</u>	<u>(749.632)</u>	<u>(676)</u>	<u>(5.808)</u>
Posição líquida	<u>(292.177)</u>	<u>(569)</u>	<u>(1.298)</u>	<u>(581.738)</u>	<u>1.383</u>	<u>(3.874)</u>

i. Hedge Accounting – Posição patrimonial

Objetos de Hedge accounting

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros	28.821.768	33.852.984
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	1.003.200
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	176.702
Ativos financeiros disponíveis para venda	122.234	102.096
Ativos financeiros mantidos para até o vencimento	4.605.395	-
Empréstimos e recebíveis	24.094.139	32.570.986
Passivos financeiros	<u>(7.691.840)</u>	<u>(6.754.785)</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	(7.691.840)	(6.754.785)
Total	<u>21.129.928</u>	<u>27.098.199</u>

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge accounting

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros	7.918.761	7.463.615
Futuro DDI	7.625.642	7.190.322
Swap IGPM - DI (IGPM)	293.119	273.293
Passivos financeiros	<u>(28.734.066)</u>	<u>(34.665.558)</u>
Swap Pré x DI	(4.608.563)	-
Futuro DII	(21.201.226)	(31.642.317)
Futuro DDI	(2.410.469)	(2.563.018)
Futuro Libor	(513.808)	(460.223)
Total	<u>(20.815.305)</u>	<u>(27.201.943)</u>

j. Hedge Accounting – Resultado

Objetos de Hedge de Valor Justo

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>
Ativos financeiros	3.297.472	(354.625)	2.954.974	(2.108.140)
Passivos financeiros	497.971	(1.533.119)	902.029	(932.376)
Total	<u>3.795.443</u>	<u>(1.887.744)</u>	<u>3.857.003</u>	<u>(3.040.516)</u>

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge de Valor Justo

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>	<u>Resultado positivo</u>	<u>Resultado negativo</u>
Ativos financeiros	1.534.816	(506.672)	913.562	(898.306)
Passivos financeiros	321.559	(3.242.217)	2.094.600	(2.989.720)
Total	<u>1.856.375</u>	<u>(3.748.889)</u>	<u>3.008.162</u>	<u>(3.888.026)</u>

7 Empréstimos e recebíveis

a. Composição das operações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos à depositantes	18	80
Empréstimos	13.790.127	15.881.590
Títulos descontados	141.505	51.990
Financiamentos	34.148.553	37.185.020
Financiamentos à exportação	4.240.319	3.880.248
Financiamentos em moeda estrangeira	692.706	439.823
Financiamentos rurais	548.345	597.603
Financiamentos imobiliários	360.481	510.921
Adiant. sobre contratos de câmbio	679.493	891.303
Operações de arrendamento financeiro (Nota 7b)	422.405	993.108
Créditos por avais e fianças honrados	608.401	612.388
Operações de crédito adquiridas	67.614	-
Total de operações com característica de concessão de crédito	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (Nota 37d-ix)	(4.444.943)	(5.276.015)
Ajuste ao valor justo (Nota 7c)	(160.423)	(217.772)
Custos associados	540.798	755.451
Outros recebíveis (Nota 7d)	<u>952.909</u>	<u>1.539.912</u>
Total de empréstimos e recebíveis	<u>52.588.308</u>	<u>57.845.650</u>

b. Informações sobre leasing financeiro

A carteira de operações de arrendamento mercantil segregada pelo seu vencimento está apresentada da seguinte forma:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 ano	533.791	(292.921)	240.870	1.181.852	(586.681)	595.171
Entre 1 e 5 anos	298.825	(117.290)	181.535	685.374	(287.437)	397.937
Total	<u>832.616</u>	<u>(410.211)</u>	<u>422.405</u>	<u>1.867.226</u>	<u>(874.118)</u>	<u>993.108</u>

Os 10 acordos relevantes de leasing financeiro, que representam aproximadamente 18% da carteira em 31 de dezembro de 2014, estão demonstrados a seguir:

<u>Data início</u>	<u>Data final</u>	<u>Taxa pactuada</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Impairment</u>
Março/13	Março/18	CDI + 1,6069% a.a.	22.973	-
Agosto/14	Fevereiro/17	CDI + 2,5965% a.a.	12.905	-
Dezembro/14	Junho/17	14,6792% a.a.	7.341	-
Setembro/12	Setembro/17	CDI + 3,1635% a.a.	6.791	-
Agosto/14	Agosto/16	13,6583% a.a.	6.118	-
Agosto/14	Agosto/17	CDI + 3,2309% a.a.	4.629	-
Dezembro/14	Mai/18	16,0000% a.a.	4.511	451

c. Composição do ajuste ao valor justo

Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se à valorização das carteiras de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos que são objetos de *hedge* e fazem parte de estruturas de *hedge accounting*, conforme Nota Explicativa nº 6i.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos	(68.591)	(110.409)
Financiamentos	(257.998)	(324.723)
Financiamentos a exportação	168.036	213.988
Operações de arrendamento mercantil	(1.870)	3.372
Total	<u>(160.423)</u>	<u>(217.772)</u>

d. Composição de outros recebíveis

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicação em depósitos interfinanceiros	(a) 632.745	1.018.683
Depósitos no Banco Central	55.205	127.774
Repasse interfinanceiros	19.627	109.420
Relações com correspondentes	495	760
Rendas a receber	57.693	33.839
Valores a receber de sociedades ligadas	887	51
Transações de cartão de crédito	10.285	12.231
Liquidações de títulos no exterior	1.035	7.082
Usufruto de ações de companhias fechadas	28.793	126.621
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	142.285	100.761
Outros	3.859	2.690
Total	<u>952.909</u>	<u>1.539.912</u>

a) Referem-se a operações com prazo original superior a 90 dias, que não se enquadram como Caixa e equivalentes de caixa.

8 Ativos tributários correntes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos de renda a compensar	363.123	162.695
Contribuição social a compensar	175.001	38.092
PIS a compensar	2.442	9.067
COFINS a compensar	10.980	45.742
Outros ativos	<u>22</u>	<u>371</u>
Total	<u>551.568</u>	<u>255.967</u>

9 Ativos tributários diferidos

a. Composição dos ativos tributários diferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	911.047	703.003
Base negativa de Contribuição Social	230.639	39.052
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	362.779	388.436
Ajuste ao valor justo de derivativos	85.966	7.845
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	126.542	141.161
Participações no lucro	167.148	176.836
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	3.979.809	3.940.274
Provisões	543.772	1.111.740
Resultado de dependências no exterior	116.441	121.287
Outros	<u>74.893</u>	<u>68.176</u>
Total	<u>6.599.036</u>	<u>6.697.810</u>

b. Movimentação dos ativos tributários diferidos no período

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	6.697.810	4.929.358
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	208.044	(42.575)
Base negativa de Contribuição Social	191.587	35.137
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(25.657)	292.248
Ajuste ao valor justo de derivativos	78.121	(355.372)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(14.619)	141.161
Participações no lucro	(9.688)	66.588
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	39.535	627.401
Provisões	(567.968)	96.734
Resultado de dependências no exterior	(4.846)	(17.146)
Insuficiência de depreciação	-	217.155
Outros	6.717	(17.651)
Compensação de ativos fiscais diferidos	<u>-</u>	<u>724.772</u>
Saldo final	<u>6.599.036</u>	<u>6.697.810</u>

Não Ativado

Em 31 de dezembro de 2014, não foram constituídos créditos tributários sobre base negativa e prejuízo fiscal no montante de R\$ 10.483, os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulatórios e apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico de realização do crédito tributário elaborados pela Administração para cada uma das Instituições.

c. Expectativa de realização dos ativos tributários diferidos

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Em 2015	1.314.175	1.277.927
Em 2016	1.483.830	1.290.449
Em 2017	880.121	681.949
Em 2018	1.180.521	814.595
Em 2019	796.672	489.559
Acima de 2019	<u>943.717</u>	<u>404.682</u>
Total	<u>6.599.036</u>	<u>4.959.161</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 249.828 (R\$ 130.434 em 2013), correspondente a 98% (48% em 2013) da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2013.

10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não correntes mantidos para a venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e imóveis construídos destinados para a venda.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos não financeiros mantidos para venda – valor contábil		
Imóveis	93.083	63.702
Veículos	79.509	95.624
Máquinas e equipamentos	<u>351</u>	<u>150</u>
Total	<u>172.943</u>	<u>159.476</u>

O valor justo dos bens, se aplicável, é registrado seguindo os seguintes critérios:

- Bens com valor financiado superior a R\$ 50.100,00 reais são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
- Bens com valor financiado entre R\$ 50.100,00 e R\$ 25.550,00 reais são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor financiado inferior a R\$ 25.550,00 reais são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

A alienação de bens retomados é feita mediante realização de leilões oficiais periódicos, podendo o bem ser mantido na condição de não corrente pelo período de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação, com anuência do órgão regulador (Banco Central do Brasil).

11 Investimentos

a. Composição dos investimentos

	Valor do investimento		Resultado de				Valor do investimento		% Participação	
	31/12/2013	Aquisição	Alienação	Dividendos	Equivalência	Impairment	31/12/2014	2014	2013	
Coligada										
ASM Alicerce 1 Emp. Imob. S.A.	127.482	2.392	-	-	(4.385)	-	125.489	40,15	40,15	
Phaser Incorporação SPE S.A.	29.010	5.115	-	(3.803)	23.031	-	53.353	30,00	30,00	
Vitacon 50 Desenvolvimento Imob. S.A.	-	32.250	-	-	(12)	-	32.238	30,00	-	
SCP - Henri Dunant Lote 3	-	27.854	-	-	(57)	-	27.797	20,00	-	
Jaguatirica Emp. Imob. S.A.	28.094	-	(9.249)	-	(1.805)	-	17.040	33,33	33,33	
Alfa Emp. Imob. S.A.	17.445	1.018	-	(5.000)	-	-	13.463	25,00	25,00	
Windsor Inv. Imob. Ltda.	15.075	-	(4.459)	-	7.256	-	17.872	4,18	3,89	
SCP - Henri Dunant Lote 1	-	7.506	-	-	242	-	7.748	10,00	-	
Tolle Emp. Imob. S.A.	5.666	107	-	-	624	-	6.397	40,00	40,00	
Castelblanco Emp. Imob. S.A.	15.751	279	-	(13.976)	3.934	-	5.988	26,76	26,76	
NS Emp. Imob. 10 S.A.	4.000	-	(71)	-	(613)	-	3.316	40,00	40,00	
Costa Laguna Emp. Imob. S.A.	-	695	-	-	-	-	695	40,15	-	
Queiroz Galvão Sabia Emp. Imob. S.A.	2.644	-	(1.492)	(400)	(135)	-	617	40,00	40,00	
Vista Alegre Emp. Imob. S.A.	-	2	-	-	(24)	-	(22)	20,00	-	
Controladas em conjunto										
NS Emp. Imob. Noroeste S.A.	21.596	1.501	-	-	(2.383)	-	20.714	70,00	70,00	
GT 11 Emp. Imob. S.A.	-	17.868	-	-	-	-	17.868	60,00	-	
Brookfield SPE 23 S.A.	14.125	-	(51)	-	(332)	-	13.742	50,00	50,00	
Salaverry Emp. Imob. S.A.	22.004	619	-	(17.645)	6.257	-	11.235	50,00	50,00	
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	8.222	1.770	-	(727)	1.361	-	10.626	60,00	60,00	
Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A.	5.733	202	-	(703)	2.284	-	7.516	50,00	50,00	
Ramá SPE Emp. Imob. S.A.	7.003	-	(2.068)	-	(95)	-	4.840	50,00	50,00	
Diálogo Ibiapava Emp. Imob. S.A.	4.481	-	(468)	150	2	-	4.165	50,00	50,00	
GMAX Emp. Imob. SPE S.A.	-	2.400	-	-	(179)	-	2.221	50,00	-	
Upcon SPE 4 Emp. Imob. S.A.	1.466	1.900	-	(1.000)	673	-	3.039	50,00	50,00	
Reserva Natural Emp. Imob. S.A.	1.175	-	(75)	-	-	-	1.100	50,00	50,00	
Upcon SPE 7 Emp. Imob. S.A.	665	-	(115)	-	(146)	-	404	50,00	50,00	
Colméia Life Tower Emp. Imob. S.A.	82	-	-	(7)	(35)	-	40	50,00	50,00	
Odebrecht Realizações SP 63 Emp. Imob. S.A.	28.574	-	(28.574)	-	-	-	-	-	50,00	
Colméia Capim Macio Emp. Imob. S.A.	(55)	233	-	(16)	(343)	-	(181)	50,00	50,00	
Upcon SPE 12 Emp. Imob. S.A.	40	-	(176)	-	(462)	-	(598)	50,00	50,00	
Outros investimentos										
Outros	14.306	-	(13.490)	-	(816)	-	-	-	-	
Ágio na aquisição										
Ágio na aquisição	151.041	14.580	(64.882)	-	-	-	100.739	-	-	
Ajuste ao valor recuperável	(7.093)	-	-	-	-	(4.557)	(11.650)	-	-	
Total	518.532	118.291	(125.170)	(43.127)	33.842	(4.557)	497.811			

Em 2013, pelo advento do IFRS 10, com efetiva adoção em 1º de janeiro de 2013, o Conglomerado passou a consolidar os saldos patrimoniais da empresa BV Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas.

A BV Empreendimentos e Participações S.A. atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas

dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento da distribuição do caixa resultante das vendas dos empreendimentos imobiliários.

Os investimentos controlados em conjunto são realizados junto a acionistas que já atuam no ramo de empreendimentos imobiliários, que utilizam a experiência do ramo de negócio no auxílio das tomadas de decisão em conjunto.

No quadro anterior, estão relacionados os investimentos em ações de sociedades de propósito específicos (SPE), que atuam no ramo de empreendimentos imobiliários, os quais a BV Empreendimentos e Participações Ltda. ou, detém o controle compartilhado junto a outros acionistas ou, as empresas são coligadas. Essas SPEs não tiveram seus saldos patrimoniais consolidados.

Os empreendimentos NS Empreend. Imob. Nordeste, Villagio Pompéia Empreend. Imob. e GT 11 Emp.Imob. S.A., apesar de apresentarem participação maior que a metade do patrimônio do empreendimento, não são controladas, pois, conforme os acordos de acionistas, estas entidades possuem controle conjunto na tomada de decisões.

b. Ágio e ajuste ao valor recuperável

	<u>Ágio</u>		<u>Impairment</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Coligadas				
SCP - HD FASE 1 e 3	36.511	-	-	-
NS Emp. Imob. 10 S.A.	13.173	16.755	-	-
Alfa Emp. Imob. S.A.	5.920	23.193	-	-
Phaser Incorporação SPE S.A.	2.417	2.417	-	-
Castelblanco Emp. Imob. S.A.	2.196	2.196	-	-
Jaguatirica Emp. Imob. S.A.	1.025	130	-	-
Vitacon 50 Desenvolvimento Imob. S.A.	663	-	-	-
Windsor Inv. Imob. Ltda.	-	40.762	(10.394)	(5.837)
Controladas em conjunto				
Reserva Natural Emp. Imob. S.A.	14.825	14.825	-	-
GMAX Emp.Imob. SPE S.A.	10.600	-	-	-
NS Emp. Imob. Noroeste S.A.	5.481	5.481	-	-
Brookfield SPE 23 S.A.	5.239	5.239	-	-
Upcon SPE 12 Emp. Imob. S.A.	1.112	1.112	-	-
Upcon SPE 7 Emp. Imob. S.A.	929	929	-	-
GT 11 Emp.Imob. S.A.	648	-	-	-
Upcon SPE 4 Emp. Imob. S.A.	-	3.265	(1.256)	(1.256)
Odebrecht Realizações SP 63 Emp. Imob. S.A.	-	34.737	-	-
Total	<u>100.739</u>	<u>151.041</u>	<u>(11.650)</u>	<u>(7.093)</u>

c. Informações financeiras - Coligadas

	ASM Alicerce 1		Phaser		Vitacon 50		SCP - Henri Dunant Lote 3		Jaguatirica		Alfa		SCP - Henri Dunant Lote 1	
Caixa e equivalentes de caixa	1	7.538		50		2.583		475		2.131		59.337		
Ativos correntes	1.283	154.935		914		166.216		2.391		30.905		181.117		
Ativos não correntes	325.544	187.555		134.149		1.327		49.928		26.567		3.463		
Passivos correntes	14.277	67.712		5.761		31.141		1.674		5.000		96.973		
Passivos não correntes	-	104.472		21.893		-		-		749		72.164		
Receitas	971	261.503		378		30.078		6		-		58.970		
Lucro / (prejuízo) do período	(11.918)	-		(36)		(285)		(125)		-		3.978		
Outros resultados abrangentes	996	76.769		(4)		-		(5.291)		-		-		
Resultado abrangente total	(10.922)	76.769		(40)		(285)		(5.416)		-		2.420		
Patrimônio líquido ajustado	312.551	177.844		107.459		138.985		51.120		53.854		74.780		
% de Participação	40,15	30,00		30,00		20,00		33,33		25,00		10,00		
Saldo do Investimento	125.489	53.353		32.238		27.797		17.040		13.463		7.478		

	Windsor		Tolle		Castelblanco		NS 10		Costa Laguna		Queiroz Galvão Sabia		Vista Alegre	
Caixa e equivalentes de caixa	90.917	1		1.349		623		-		553				
Ativos correntes	546.250	2		23.641		261		-		343				2
Ativos não correntes	568.813	15.995		841		8.467		1.731		1.506		778		
Passivos correntes	247.145	3		3.100		460		-		444		889		
Passivos não correntes	531.521	-		356		602		-		415		-		
Receitas	597.124	2.788		5.074		8		-		88		13		
Lucro / (prejuízo) do período	173.476	1.561		14.703		(1.534)		-		(337)		(119)		
Outros resultados abrangentes	-	-		-		-		-		-		-		
Resultado abrangente total	173.476	1.561		14.703		(1.534)		-		(337)		(119)		
Patrimônio líquido ajustado	427.314	15.995		22.375		8.289		1.731		1.543		(109)		
% de Participação	4,18	40,00		26,76		40,00		40,15		40,00		20,00		
Saldo do Investimento	17.872	6.397		5.988		3.316		695		617		(22)		

d. Informações financeiras – Controladas em conjunto

	NS Noroeste		GT 11		Brookfield		Salaverry		Villagio Pompéia		Joaquim Antunes		Ramá		Diálogo Ibiapava	
Caixa e equivalentes de caixa	600	2		5		6		-		-		68		64		
Ativos correntes	51.922	-		275		25.326		-		1		9.612		8.270		
Ativos não correntes	3.471	29.778		31.517		239		17.721		16.436		-		1		
Passivos correntes	23.430	-		1.536		2.774		11		1.405		-		5		
Passivos não correntes	2.972	-		2.777		327		-		-		-		-		
Receitas	-	-		2		15.046		-		-		-		30		
Lucro / (prejuízo) do período	(3.404)	-		(664)		12.514		2.269		4.568		(190)		6		
Outros resultados abrangentes	-	-		-		-		-		-		-		-		
Resultado abrangente total	(3.404)	-		(664)		12.514		2.269		4.568		(190)		6		
Patrimônio líquido ajustado	29.591	29.780		27.484		22.470		17.710		15.032		9.680		8.330		
% de Participação	70,00	60,00		50,00		50,00		60,00		50,00		50,00		50,00		
Saldo do Investimento	20.714	17.868		13.742		11.235		10.626		7.516		4.840		4.165		

	GMAX		Upcon SPE 4		Reserva Natural		Upcon SPE 7		Colméia Life Tower		Colméia Capim Macio		Upcon SPE 12	
Caixa e equivalentes de caixa	206	3.832		1.398		114		48		324		303		
Ativos correntes	4.304	7.545		3.712		2.273		-		343		6.532		
Ativos não correntes	310	3.820		35.408		-		64		-		-		
Passivos correntes	16	10.663		149		1.579		14		673		8.032		
Passivos não correntes	363	968		38.169		-		18		355		-		
Receitas	-	9.280		1.786		288		-		350		-		
Lucro / (prejuízo) do período	(361)	1.346		-		(291)		(71)		(685)		(924)		
Outros resultados abrangentes	-	-		-		-		-		-		-		
Resultado abrangente total	(361)	1.346		-		(291)		(71)		(685)		(924)		
Patrimônio líquido ajustado	4.441	3.566		2.200		808		80		(361)		(1.197)		
% de Participação	50,00	50,00		50,00		50,00		50,00		50,00		50,00		
Saldo do Investimento	2.221	1.783		1.100		404		40		(181)		(598)		

12 Outros ativos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Câmbio comprado a liquidar	1.166.906	1.082.329
Direitos sobre vendas de câmbio	633.359	191.888
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(91.337)	(12.469)
Caixa de registro e liquidação	76	4
Devedores conta liquidação pendentes	154.581	154.829
Rendas a receber	5.050	6.557
Adiantamentos e antecipações salariais	3.900	3.554
Adiantamentos a fornecedores	4.334	3.770
Depósitos judiciais (Nota 17e)	937.879	794.892
Despesas antecipadas de seguros	1.174	968
Despesas antecipadas de processamento de dados	7.938	10.312
Despesas antecipadas de serviços técnicos especializados	2.592	1.171
Despesas antecipadas de serviços do sistema financeiro	1.185	5.183
Outros	36.939	26.931
Total	<u><u>2.864.576</u></u>	<u><u>2.269.919</u></u>

13 Ativos tangíveis

	<u>31/12/2013</u>	<u>Movimentações</u>		<u>31/12/2014</u>		
	<u>Saldo contábil</u>	<u>Aquisições / Alienações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo contábil</u>
Instalações	41.439	4.491	(5.797)	59.051	(18.918)	40.133
Móveis e equipamentos de uso	31.845	1.462	(4.381)	62.684	(33.758)	28.926
Sistema de comunicação	3.649	375	(640)	13.032	(9.648)	3.384
Sistema de processamento de dados	15.560	10.593	(7.667)	96.863	(78.377)	18.486
Sistema de segurança	1.238	35	(184)	2.407	(1.318)	1.089
Sistema de transporte	88	358	(109)	1.323	(986)	337
Benfeitorias em prop. terceiros	24.687	(26)	(2.682)	41.776	(19.797)	21.979
Imobilizações em Curso	-	3	-	3	-	3
Total	<u><u>118.506</u></u>	<u><u>17.291</u></u>	<u><u>(21.460)</u></u>	<u><u>277.139</u></u>	<u><u>(162.802)</u></u>	<u><u>114.337</u></u>

14 Ativos intangíveis

	31/12/2013	Movimentações				31/12/2014			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortiz.	Ajuste ao valor recuperável	Valor de custo	Amortiz. acumul.	Ajuste ao valor recuperável	Saldo contábil
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-
Software adquiridos	8.120	15.171	(9.913)	(1.848)	-	20.197	(2.452)	(6.215)	11.530
Licenças de uso	12.380	21.638	(1.480)	(7.049)	-	47.618	(22.129)	-	25.489
Acordos por direitos de comercialização	81	-	(81)	-	-	-	-	-	-
Fundo de Comércio	2.335	-	(1)	(749)	-	5.000	(3.415)	-	1.585
Softwares desenvolvidos internamente	22.175	6.521	(6.773)	(4.317)	(13.322)	29.846	(8.186)	(17.376)	4.284
Total	45.091	43.330	(18.248)	(13.963)	(13.322)	102.861	(36.182)	(23.791)	42.888

Ativos com vida útil determinada	Valor custo	Amortização	Ajuste ao valor recuperável	Valor contábil
2014	102.861	(36.182)	(23.791)	42.888
2013	72.499	(23.354)	(4.054)	45.091

Expectativa de realização dos ativos intangíveis

	Valor contábil
Em 2015	14.970
Em 2016	12.348
Em 2017	8.848
Em 2018	1.848
A partir de 2019	4.874
Total	42.888

15 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2014			2013		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Operações Compromissadas – Livre movimentação.	11.115	11.064	51	307.278	301.731	5.547
Box de opções – Estratégia de renda fixa	7.440	7.416	24	144.260	143.598	662
Títulos no exterior	34.264	33.357	907	109.509	109.950	(441)
Total	52.819	51.837	982	561.047	555.279	5.768

16 Passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações compromissadas (Nota 16a)	10.590.645	16.034.794
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos (Nota 16b)	17.594.080	18.508.503
Depósitos de instituições financeiras	1.229.727	2.387.635
Depósitos de clientes (Nota 16c)	2.348.533	5.865.269
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 16d)	6.661.777	6.652.017
Títulos emitidos (Nota 16e)	40.264.658	40.074.792
Passivos subordinados (Nota 16f)	<u>6.239.538</u>	<u>7.358.213</u>
Total	<u>84.928.958</u>	<u>96.881.223</u>

a. Composição de operações compromissadas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Carteira própria	<u>6.491.811</u>	<u>14.946.357</u>
Letras Financeiras do Tesouro	-	37.339
Letras do Tesouro Nacional	3.432.951	12.528.277
Notas do Tesouro Nacional	2.810.066	2.345.514
Outros	<u>248.794</u>	<u>35.227</u>
Carteira de terceiros	<u>4.098.834</u>	<u>1.088.437</u>
Letras do Tesouro Nacional	4.098.834	-
Notas do Tesouro Nacional	<u>-</u>	<u>1.088.437</u>
Total	<u>10.590.645</u>	<u>16.034.794</u>

b. Passivos financeiros ao custo amortizado, associados a ativos transferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivos financeiros associados a ativos transferidos (Nota 38d-xii)	16.390.818	16.514.144
Ativos líquidos de FIDCs atribuíveis aos cotistas seniores	1.193.057	1.966.472
Outros passivos	<u>10.205</u>	<u>27.887</u>
Total	<u>17.594.080</u>	<u>18.508.503</u>

c. Composição de depósitos de clientes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos à vista	148.950	268.108
Depósitos a prazo	<u>2.199.583</u>	<u>5.597.161</u>
Total	<u>2.348.533</u>	<u>5.865.269</u>

d. Composição de obrigações por empréstimos e repasses

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos no País		
Com variação cambial (a)	3.818	7.627
Empréstimos no exterior		
Com variação cambial (b)	2.871.649	2.054.775
Repasses no País - Tesouro Nacional		
Pré-fixado (c)	110.450	115.973
Pós-fixado (d)	122	10.764
Repasses no País - BNDES		
Pré-fixado (e)	778.288	846.505
Pós-fixado (f)	1.199.948	1.633.818
Com variação cambial (g)	84.074	84.760
Repasses no País - FINAME		
Pré-fixado (h)	1.481.052	1.666.297
Pós-fixado (i)	132.376	230.883
Com variação cambial	-	615
Total	<u>6.661.777</u>	<u>6.652.017</u>

- a) Taxa de atualização em 2014: CDI + 0,40% a.a. + variação cambial.
b) Taxa de atualização em 2014: de 0,55% a 1,64% a.a. + variação cambial / 0,35% a 0,3,5% a.a. + Libor.
c) Taxa de atualização em 2014: de 5,50% a 6,50% a.a.
d) Taxa de atualização em 2014: Selic.
e) Taxa de atualização em 2014: de 0,70% a 7,00% a.a.
f) Taxa de atualização em 2014: de 7,02% a 9,91% a.a. + IPCA / de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP / 1,30% a 2,50% a.a. + Selic.
g) Taxa de atualização em 2014: de 1,30% a 3,00% a.a. + variação cambial.
h) Taxa de atualização em 2014: 0,30% a 8,30% a.a.
i) Taxa de atualização em 2014: de 0,50% a 5,50% a.a. + TJLP.

e. Composição de títulos emitidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures		
Pré-fixado	(a) 177.849	168.349
Pós-fixado	(b) 17.206.381	17.452.867
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário		
Pré-fixado	(c) 2.034	-
Pós-fixado	(d) 398.832	218.068
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio		
Pós-fixado	(e) 2.850.362	2.530.499
Pré-fixado	(f) 3.563	1.626
Letras Financeiras		
Pré-fixado	(g) 794.704	686.184
Pós-fixado	(h) 12.216.793	12.254.823
Obrigações por TVM no Exterior		
Pré-fixado	(i) 1.104.487	1.359.348
Pós-fixado	(j) 3.103	8.896
Com variação cambial	(k) 5.474.270	5.394.132
Operações estruturadas		
Pré-fixado	(l) <u>32.280</u>	<u>-</u>
Total	<u>40.264.658</u>	<u>40.074.792</u>

- a) Taxa de atualização em 2014: 8,65% a.a. a 13,42% a.a.
b) Taxa de atualização em 2014: 5,33% a 6,28% a.a. + IGPM / 3,16% a 6,48% a.a. + IPCA / de 70,00% a 108,50% do DI
c) Taxa de atualização em 2014: 12,10% a.a.
d) Taxa de atualização em 2014: 90,00% a 98,50% do DI
e) Taxa de atualização em 2014: 3,65% a.a. + IPCA / 80,00% a 98,50% do DI
f) Taxa de atualização em 2014: 10,85% a 12,71% a.a.
g) Taxa de atualização em 2014: 8,22% a 13,76% a.a.
h) Taxa de atualização em 2014: 3,67% a 5,90% a.a. + IGPM / 3,11% a 7,42% a.a. + IPCA / 109,30% da Selic / 100,00% a 112,02% do DI
i) Taxa de atualização em 2014: 6,25% a 19,77% a.a.
j) Taxa de atualização em 2014: 86,00% a 101,40% + CDI
k) Taxa de atualização em 2014: 0,19% a 5,53% a.a. + variação cambial
l) Taxa de atualização em 2014: 11,25% a.a.

f. Composição de passivos subordinados

	2014	2013
Letras financeiras subordinadas		
Pós-fixado	(a) 2.857.675	2.252.874
Certificado de depósito bancário		
Pós-fixado	-	2.142.980
Nota subordinada		
Com variação cambial	(b) <u>3.381.863</u>	<u>2.962.359</u>
Total	<u><u>6.239.538</u></u>	<u><u>7.358.213</u></u>

- a) Taxa de atualização em 2014: de 6,84% a 8,14% a.a. + IPCA / de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM / de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI / de 115,00% a 119,00% do DI
- b) Taxa de atualização em 2014: 7,38% a.a. + variação cambial

17 Provisões

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

		2014	2013
Contingências fiscais	(a)	73.471	573.904
Contingências cíveis	(b)	324.968	327.696
Contingências trabalhistas	(c)	961.856	752.421
Total		1.360.295	1.654.021

b. O quadro a seguir apresenta a expectativa de realização dos fluxos de caixa dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

Contingências	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Fiscais	1.724	5.108	-	3.832	62.807	73.471
Cíveis	92.465	92.464	92.464	46.903	672	324.968
Trabalhistas	235.751	235.748	235.748	229.075	25.534	961.856
Total	329.940	333.320	328.212	279.810	89.013	1.360.295

c. Movimentação dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	573.904	2.090.247	327.696	274.758	752.421	528.058
Constituições	104.465	75.479	161.123	219.423	315.078	460.099
Reversões (a)	(626.757)	(1.687.732)	(79.014)	(54.193)	(68.226)	(276.994)
Baixas (a)	(11.265)	(654)	(108.066)	(112.292)	(132.276)	(143.121)
Incorporação	-	101	-	-	-	142.202
Atualizações	33.124	96.463	23.229	-	94.859	42.177
Saldo final	73.471	573.904	324.968	327.696	961.856	752.421

(a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

d. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

		2014	2013
Contingências fiscais	(a)	1.032.103	707.234
Contingências cíveis	(b)	27.585	16.798
Contingências trabalhistas	(c)	1.393.812	1.330.180
Total		2.453.500	2.054.212

(a) No Consolidado referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 211.148 (R\$ 198.805 em 2013); b) INSS sobre PLR R\$ 217.337 (R\$ 147.703 em 2013); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 113.051 (R\$ 107.145 em 2013); d) ISS R\$ 19.709 (R\$ 70.001 em 2013); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 36.735 (R\$ 45.186 em 2013); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 34.177 (R\$ 32.528 em 2013); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 25.577

(R\$ 24.515 em 2013); h) IRPJ/CSLL – Dedução PDD 2008 R\$ 94.075; i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 113.679 (recepcionado em 12/2014); j) CSLL - Exclusão Indevida na BC de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros R\$ 66.031 (recepcionado em 12/2014). Referem-se, basicamente, as ações de cobrança.

(b) No Consolidado referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(c) No Consolidado referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

e. Depósitos judiciais apresentados em outros “Outros ativos”

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contingências fiscais	609.994	558.964
Contingências cíveis	157.384	121.498
Contingências trabalhistas	<u>170.501</u>	<u>114.430</u>
Total	<u>937.879</u>	<u>794.892</u>

18 Passivos tributários correntes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	471.788	-
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	541.542	86.237
Impostos e contribuições sobre serviços terceiros	4.650	4.661
Impostos e contribuições sobre salários	9.191	9.252
Impostos e contribuições sobre aplicações financeiras	19.925	15.401
PIS	5.832	4.337
COFINS	35.848	26.606
ISS	5.535	5.245
IOF	13.041	7.807
Outros impostos e contribuições	<u>426</u>	<u>647</u>
Total	<u>1.107.778</u>	<u>160.193</u>

19 Passivos tributários diferidos

a. Composição dos passivos tributários diferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	912	487
Ajuste ao valor justo de derivativos	144.977	241.376
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	63.072	79.926
Derivativos - Regime de caixa	-	813
Superveniência de depreciação	<u>125.808</u>	<u>441.236</u>
Total	<u>334.769</u>	<u>763.838</u>

b. Movimentação dos passivos tributários diferidos

	2014	2013
Saldo inicial	763.838	543.701
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	425	(89.035)
Ajuste ao valor justo de derivativos	(96.400)	241.376
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(16.854)	(589.802)
Derivativos - Regime de caixa	(813)	(1.714)
Superveniência de depreciação	-	(282.615)
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	(315.427)	217.155
Compensação de passivos fiscais diferidos	-	724.772
Saldo final	334.769	763.838

20 Outros passivos

	2014	2013
Recursos trânsito terceiros	31.947	26.381
Transfer. internas de recursos	4.210	10.368
Câmbio vendido a liquidar	665.313	190.923
Obrigações por compras de câmbio	1.043.090	1.016.222
Caixa de registro e liquidação	1.521	15.078
Comissões e Corretagens a pagar	206	13.011
Credores conta liquidação pendentes	59.616	43.393
Provisão para participação nos lucros	204.730	362.065
Provisão para despesas de pessoal	315.911	225.266
Provisão para despesas administrativas	154.487	233.524
Comissões por intermediação de operações a pagar	32.476	34.331
Obrigações por transações de cartão de crédito	676.851	548.217
Valores a liquidar de títulos no exterior	1.169	1.448
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	-	10.444
Obrigações Aquisição de Bens e Direitos	1.449	3.576
Subscrições de capital a realizar	19.645	38.456
Outras obrigações (a)	388.346	186.990
Total	3.600.967	2.959.693

- (a) Basicamente, refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

21 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital Social do Banco Votorantim é representado por 105.391.472.816 ações, subscritas e inteiramente integralizadas, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Quantidade em 31 de dezembro de 2014	86.229.386.840	19.162.085.976
Quantidade por acionista		
Votorantim Finanças	43.114.693.421	9.581.042.988
Banco do Brasil	43.114.693.419	9.581.042.988
Percentual por acionista		
Votorantim Finanças	50,00000001%	49,99999999%
Banco do Brasil	49,99999999%	50,00000001%

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal. O aumento de Capital Social foi aprovado e homologado pelo BACEN em 28 de fevereiro de 2014.

b. Composição das reservas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reservas de capital	372.120	372.120
Reservas de lucros	383.116	-
Reserva legal	25.123	-
Reserva especial de lucros	357.993	-
Total de reservas	<u>755.236</u>	<u>372.120</u>

Reserva capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício - BRGAAP, deduzido da Reserva legal.

	2014
Lucro líquido – BRGAAP	502.447
Reserva legal	<u>(25.123)</u>
Base de cálculo	<u>477.324</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>119.331</u>
Dividendos totais distribuídos	<u>119.331</u>
% Valor proposto sobre a base de cálculo	25%
Dividendos por lote de mil ações – R\$	1,13

d. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no patrimônio líquido

	2014	2013
Saldo inicial	(335.190)	307.135
Ativos financeiros disponíveis para venda	72.954	(1.046.855)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de Fluxo de Caixa	-	-
Efeitos tributários	<u>(38.550)</u>	<u>404.530</u>
Saldo final	<u>(300.786)</u>	<u>(335.190)</u>

e. Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

f. Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do BRGAAP para o IFRS

	2014		2013	
	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Saldo em BRGAAP	7.553.874	502.447	7.140.682	(512.076)
Cessão de créditos com coobrigação, líquido dos efeitos tributários	(44.828)	91.740	(136.568)	275.309
Cessão de crédito com retenção substancial de riscos, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	3.337
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido dos efeitos tributários	89.996	179.968	(89.972)	20.939
Usufruto de ações, líquido dos efeitos tributários	(10.029)	(6.522)	(3.507)	(32.428)
Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários	-	(1.343)	-	(293)
Apropriação de desconto - Operações de crédito, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	91.902
Ajuste ao valor justo de <i>swap</i> Circ. 3.129/02, líquido dos efeitos tributários	19.415	19.415	-	-
Outros ajustes, liquidados dos efeitos tributários	2.332	(14.058)	13.405	(38.801)
Saldo em IFRS	7.610.760	771.647	6.924.040	(192.111)

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP (BACEN) e IFRS:

Cessão de créditos - No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros e para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, os quais o Conglomerado possui a maioria das quotas subordinadas, e por vezes os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Para fins de elaboração de Demonstrações Financeiras em BRGAAP, as cessões de crédito realizadas até 31/12/2012 eram contabilizadas através do reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Para atendimento às normas do IFRS, a cessão de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, devem permanecer no balanço do Conglomerado e um passivo é reconhecido em associação.

Pelo advento da Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 01/01/2013, as transferências efetuadas seguem o mesmo procedimento quanto ao tratamento contábil, tanto para o IFRS como para o BRGAAP, não havendo assim diferenças de práticas contábeis para o tratamento contábil das operações realizadas a partir desta data.

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos respectivos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil na Resolução CMN nº 2.682/99 e seus complementos. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da

concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada período de reporte, se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento (ou eventos) tem impacto em seu fluxo de caixa futuro e possa ser estimado de forma confiável.

Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda – Conforme o IAS 39, quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para a venda tiver sido reconhecido em outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de perda no seu valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida em outros resultados abrangentes será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado. Alguns investimentos em ações de companhias fechadas, classificadas como disponível para a venda apresentaram ajuste ao valor justo negativo por mais de um exercício.

Usufruto de ações - As operações de usufruto de ações são contratos que dão ao Conglomerado Financeiro Votorantim o direito de usufruir por prazo determinado dos rendimentos das ações preferenciais objeto do Usufruto. Na contratação deste direito, o Conglomerado desembolsa um montante com a finalidade de usufruir o citado benefício.

No BRGAAP essas operações têm a sua apropriação no resultado em base linear, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação desse direito. Para fins de Demonstrações Financeiras em IFRS, a operação de usufruto de ações possui características de um ativo financeiro não-derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, sendo reconhecida no resultado pela taxa efetiva da operação.

Apropriação de desconto – O Conglomerado efetivou operação de crédito, a qual dá direito à contraparte de adquirir todos os riscos e benefícios sobre determinado ativo financeiro em data específica. Esta operação foi registrada na rubrica “Empréstimos e Recebíveis” líquida do desconto apurado na data da transferência. Para fins de IFRS, não foi diagnosticada evidência objetiva de perda e o desconto foi apropriado linearmente ao resultado.

A partir de 30 de novembro de 2013, a contraparte da operação apresentou evidência objetiva de perda no seu valor recuperável, foi realizada provisão para perda e o desconto apropriado revertido.

Ajuste ao valor justo de swap Circ. 3.129/02, líquido dos efeitos tributários – Conglomerado operou com swaps nas operações de Hedge de Título Mantido até o Vencimento, conforme permitido pela Circular BACEN nº 3.129/02. De acordo com esta norma, o ajuste a valor justo dos derivativos contratados nas operações de Hedge de Título Mantidos até o Vencimento deve ser reconhecido desconsiderando a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado. O IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement aplicado neste relatório determina que os instrumentos derivativos devem ser mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Assim, para fins de IFRS, efetuamos o registro do ajuste ao valor justo dessas operações contra o resultado, sendo registrados na rubrica “Resultado de instrumento financeiro derivativo”.

22 Receitas de juros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a depositantes	40	19
Aplicações em títulos de renda fixa	2.613.482	2.385.330
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	50.270	95.914
Aplicações no exterior	91	333
Empréstimos	2.877.922	3.121.967
Títulos descontados	13.960	14.227
Financiamentos	8.473.194	7.266.403
Financiamentos a exportação	607.545	538.632
Financiamento em moeda estrangeira	19.495	29.682
Financiamentos rurais	32.550	6.334
Financiamentos imobiliários	57.646	66.124
Disponibilidades em moeda estrangeira	20.396	51.863
Operações de câmbio	141.748	235.786
Arrendamento mercantil	95.179	284.527
Créditos por avais e fianças honrados	5.322	8.329
Aplicações operações compromissadas	756.361	1.161.340
Aplicações em depósitos interfinanceiros	114.494	95.683
Usufruto de ações de cias fechadas	35.629	48.429
Carteira adquirida	14.220	409
Outros	24.670	44.527
Total	<u>15.954.214</u>	<u>15.455.858</u>

23 Despesas de juros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações compromissadas	(1.247.973)	(1.639.307)
Despesas com cessionários	(3.044.574)	(1.415.729)
Depósitos interfinanceiros	(233.746)	(211.983)
Depósitos a prazo	(547.307)	(762.041)
Empréstimos no país	(681)	(785)
Empréstimos no exterior	(23.325)	(311.685)
Repasses Tesouro Nacional	(8.081)	(8.278)
Repasses BNDES	(145.389)	(182.653)
Repasses FINAME	(55.009)	(71.148)
Obrigações com Instituições Financeiras no exterior	(143.046)	(156.323)
Debêntures	(1.787.042)	(1.517.999)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	(37.179)	(14.150)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio	(259.336)	(179.223)
Letras Financeiras	(1.753.214)	(1.251.078)
Box de opções - estratégia de renda fixa	(5.401)	(81.133)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no exterior	(1.396.798)	(1.411.963)
Outros	(12.992)	(11.698)
Total	<u>(10.701.093)</u>	<u>(9.227.176)</u>

24 Resultado líquido de serviços e comissões

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tarifas bancárias	262.757	293.101
Rendas de garantias prestadas	146.410	171.047
Administração de fundos de investimento	102.297	139.930
Comissões sobre colocação de títulos	57.438	67.810
Corretagens de operações em bolsa	15.343	21.245
Rendas de cobrança	3.964	9.439
Resultado de Comissões de Interm. de operações	208.906	190.623
Assessoria Técnico / Financeira	(439.271)	(598.391)
Custos associados à origemação de empréstimos e recebíveis (a)	(610.209)	(702.552)
Emolumentos judiciais e cartorários e despesas com advogados	(134.716)	(218.076)
Transações de cartão de crédito	92.977	64.154
Outros	143.389	84.468
Total	<u>(150.715)</u>	<u>(477.202)</u>

(a) Os saldos referem-se às despesas de comissões no montante de R\$ 658.695 (R\$ 825.350 em 2013) e receitas com ressarcimentos de comissões no montante de R\$ 48.486 (R\$ 122.798 em 2013).

25 Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	168.093	105.876
Títulos públicos	(121.475)	(344.362)
Títulos privados	289.568	450.238
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.803	6.094
Operações compromissadas – Livre movimentação	5.015	(1.069)
Box de opções – Estratégia de renda fixa	(637)	6.216
Títulos no exterior	(575)	947
Passivos financeiros ao custo amortizado	43.472	180.905
Títulos emitidos (a)	122.862	27.345
Empréstimos e repasses (a)	5.556	36.014
Passivos subordinados (a)	(84.946)	117.546
Empréstimos e recebíveis	(6.591)	(1.937.112)
Empréstimos (a)	22.141	(104.547)
Financiamentos (a)	22.473	(1.652.252)
Financiamentos à exportação (a)	(45.964)	(15.506)
Operações de arrendamento financeiro (a)	(5.241)	(164.807)
Total	<u>208.777</u>	<u>(1.644.237)</u>

(a) Refere-se a ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de *Hedge Accounting*.

26 Resultado de instrumentos financeiros derivativos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contratos de <i>swap</i>	(53.883)	515.950
Contratos a termo	4.510	(367)
Contratos de futuros	729.130	772.334
Contratos de opções	(89.617)	66.615
Contratos de NDF	(204.564)	101.693
Derivativos de crédito	(7.072)	5.620
Total	<u>378.504</u>	<u>1.461.845</u>

27 Outros resultados operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos de capital	3.472	7.295
Correção monetária de depósito judicial	74.220	29.738
Provisão para passivos contingentes (a)	2.054	125.005
Indenizações cíveis	(214.182)	(201.187)
Depósitos judiciais	-	(45)
Desvalorização de outros valores e bens	(31.452)	(18.387)
Variação cambial de investimento no exterior	144.918	114.938
Desconto REFIS	62.825	594.662
Despesas de Juros COFINS (adesão REFIS)	(181.820)	(600.223)
Reversão de provisão para remuneração variável	166.419	4.251
Ajuste liquidação antecipada parcial de cessões de crédito (b)	(124.745)	-
Outros resultados operacionais dos fundos de investimento consolidados	(427.133)	(65.202)
Outras	(25.326)	(74.105)
Total	(550.750)	(83.260)

(a) Incluem o efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 38f) no valor de R\$ 62.016.

(b) R\$ 56.890 (1º semestre de 2014) e R\$ 67.855 (em 2013).

28 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(Constituições)/reversões de provisão para perdas	(2.383.101)	(4.482.805)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	771.517	709.125
Descontos concedidos em renegociação	(453.463)	(385.823)
Total	(2.065.047)	(4.159.503)

29 Despesas de pessoal

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Honorários	(17.968)	(14.964)
Benefícios	(130.619)	(134.047)
Encargos sociais	(174.604)	(182.475)
Proventos	(585.389)	(562.760)
Treinamentos	(4.383)	(2.191)
Demandas trabalhistas	(281.009)	(136.756)
Total	(1.193.972)	(1.033.193)

30 Outras despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Água, energia e gás	(4.431)	(4.754)
Aluguéis	(93.596)	(111.988)
Arrendamento de bens	(1.644)	(2.988)
Comunicações	(75.385)	(64.386)
Contribuições filantrópicas	(26.389)	(12.933)
Manutenção e conservação de bens	(18.613)	(24.637)
Material	(3.348)	(1.934)
Processamento de dados	(178.275)	(180.621)
Promoções e relações públicas	(5.474)	(4.519)
Propaganda e publicidade	(7.894)	(4.241)
Publicações	(1.054)	(1.120)
Seguros	(2.181)	(12.070)
Serviços de terceiros	(14.404)	(19.196)
Vigilância e segurança	(2.564)	(3.282)
Transportes	(15.047)	(15.416)
Viagens	(10.490)	(12.090)
Outras	(9.505)	(26.358)
Total	<u>(470.294)</u>	<u>(502.533)</u>

31 Despesas de depreciação e amortização

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Amortização	(16.683)	(13.278)
Depreciação	(18.740)	(20.257)
Total	<u>(35.423)</u>	<u>(33.535)</u>

32 Despesas tributárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ISS	(48.368)	(55.720)
PIS	(49.231)	(55.967)
COFINS	(311.372)	(141.122)
Outros	(7.242)	(155.652)
Total	<u>(416.213)</u>	<u>(408.461)</u>

33 Resultado na alienação de ativos não financeiros para a venda

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alienação de bens não de uso próprio	7.770	(28.700)
Alienação de investimentos	-	(2)
Total	<u>7.770</u>	<u>(28.702)</u>

34 Despesas de impostos e contribuições sobre a renda

a. Encargos devidos sobre as operações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	<u>1.123.199</u>	<u>(596.087)</u>
Encargos à alíquota nominal vigente	<u>(449.280)</u>	<u>238.435</u>
Exclusões/(adições)	<u>(123.207)</u>	<u>(696.631)</u>
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	(237.036)	58.458
Base negativa de Contribuição Social	(200.134)	(26.859)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(10.307)	12.575
Ajuste ao valor justo de derivativos	(174.521)	595.033
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(2.234)	(730.963)
Participações no lucro	65.610	(69.482)
Programa de remuneração variável	(55.625)	(7.056)
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	(78.421)	(591.779)
Provisões	(105.438)	(89.466)
Obrigações legais	672.030	19.134
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(315.427)	(282.616)
Adições permanentes e incentivos fiscais	314.807	426.194
Outros	3.489	(9.804)
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	<u>(572.487)</u>	<u>(458.196)</u>

b. Imposto sobre a renda diferido com efeito sobre o resultado

Ativos tributários diferidos	2014	2013
Adições/(exclusões)		
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	240.001	(47.740)
Base negativa de Contribuição Social	201.913	33.287
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	9.398	(21.639)
Ajuste ao valor justo de derivativos	91.064	(355.372)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(14.622)	141.161
Participações no lucro	(24.653)	59.323
Obrigações legais	-	(19.135)
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	47.804	566.133
Provisões	(583.078)	80.646
Insuficiência de depreciação	-	217.155
Resultado de dependências no exterior	(4.845)	(17.146)
Outros	30.903	33.295
Total	<u>(6.115)</u>	<u>669.968</u>
 Passivos tributários diferidos	 2014	 2013
Adições/(exclusões)		
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	487	8.272
Ajuste ao valor justo de derivativos	83.457	(241.376)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	16.854	589.802
Derivativos - Regime de caixa	813	1.714
Superveniência/Insuficiência de depreciação	315.427	65.459
Total	<u>417.038</u>	<u>423.871</u>

35 Partes relacionadas

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Honorários	16.297	13.871
Gratificações	21.406	30.619
Encargos sociais	<u>11.086</u>	<u>13.494</u>
Total	<u>48.789</u>	<u>57.984</u>

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.630, eliminado no processo de consolidação do Conglomerado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 10.368.449 (R\$ 13.177.302 em 2013). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado em “Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas”.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2014 e 2013

2014							
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da administração (c)	Outras (d)	Total
Ativos	3.654.842	12.620	52.675.729	9	-	1.460.748	57.803.948
Caixa e equivalente de caixa	95.951	-	-	-	-	-	95.951
Ativos finan. com acordo de revenda	3.535.010	-	-	-	-	-	3.535.010
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	29.101.026	-	-	-	29.101.026
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.460.047	1.460.047
Empréstimos e recebíveis	23.881	2.706	23.570.929	9	-	701	23.598.226
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.914	3.774	-	-	-	13.688
Passivos	16.512.192	340.432	23.758.520	232.083	15.910	877.665	41.736.802
Passivos fin. custo amortizado	16.419.246	330.575	23.543.081	232.083	15.910	877.665	41.418.560
Instrumentos finan. derivativos	87.154	9.857	214.076	-	-	-	311.087
Outros passivos	5.792	-	1.363	-	-	-	7.155
Resultados	1.382.579	120.897	2.452.293	(37.142)	(2.770)	168.978	4.084.835
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.392.691	155.011	3.064.732	-	261	168.978	4.781.673
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(10.112)	(34.114)	(612.439)	(37.142)	(3.031)	-	(696.838)

2013							
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da administração (c)	Outras (d)	Total
Ativos	75.198	9.030	50.790.344	-	-	1.510.575	52.385.147
Caixa e equivalente de caixa	69.829	-	-	-	-	-	69.829
Ativos finan. com acordo de revenda	-	-	25.623.846	-	-	-	25.623.846
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	24.898.636	-	-	-	24.898.636
Empréstimos e recebíveis	5.369	3	-	-	-	-	5.372
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.027	267.862	-	-	1.510.575	1.787.464
Passivos	16.833.863	500.312	25.998.199	218.543	51.659	2.241.657	45.844.233
Passivos fin. custo amortizado	16.695.950	365.714	4.502.042	218.543	51.659	2.241.657	24.075.565
Instrumentos finan. derivativos	137.913	134.598	21.493.997	-	-	-	21.766.508
Outros passivos	-	-	2.160	-	-	-	2.160
Resultados	1.517.074	(10.938)	3.203.825	(90.085)	(2.814)	378.917	4.995.979
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	616.800	-	3.597.125	-	-	378.917	4.592.842
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(31.428)	(10.938)	(393.300)	(90.085)	(2.814)	-	(528.565)

- (a) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 2g.
 (b) Em 2014 inclui BVIP – BV Investimentos e Participações S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., e em 2013 também a BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A.
 (c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.
 (d) Em 2014 inclui FIDCs I, II e VI e para 2013 inclui BV Participações e Controladas e Fundo de Investimento Nióbio.

36 Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Conglomerado que desenvolve atividades de negócio, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Conglomerado.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente

ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

O Conglomerado possui dois segmentos, conforme descrito a seguir, que são as unidades de negócio do Conglomerado. As unidades de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, apresentam modelo de gestão específico, público-alvo, estratégia de marketing e subsegmentação diferentes. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Conglomerado:

- **Varejo** - Operações com característica de concessão de crédito direto ao consumidor, cessões de crédito e remuneração do capital;
- **Atacado** - Operações com característica de concessão de crédito, operações estruturadas direcionadas ao segmento não varejo. Aplicação em ativos financeiros, como: Títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, financiamento ao agronegócio, receitas de serviços e administração de recursos de terceiros;

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no resultado líquido do período.

a. Demonstração do resultado gerencial por segmento e conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	2014				
	Varejo	Atacado	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações	Consolidado IFRS
Margem financeira e serviços	3.886.112	1.176.187	5.062.299	40.107	5.102.406
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	(1.640.902)	(664.833)	(2.305.735)	240.688	(2.065.047)
Despesas administrativas e de pessoal	(715.317)	(436.405)	(1.151.722)	(512.544)	(1.664.266)
Despesas tributárias	(292.795)	(184.861)	(477.656)	61.443	(416.213)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(620.266)	142.829	(477.437)	643.756	166.319
Remuneração Variável	(44.553)	(160.084)	(204.637)	14.649	(189.988)
IR/CS	(219.871)	277.206	57.335	(218.899)	(161.564)
Resultado líquido do exercício	352.408	150.039	502.447	269.200	771.647

b. Informações patrimoniais por segmento

	2014		
	Varejo	Atacado	Total
<i>Impairment</i> sobre ativos	(2.572.297)	(2.037.251)	(4.609.548)
Total dos ativos	52.147.652	48.965.067	101.112.719
Total dos passivos	48.588.796	44.913.163	93.501.959
Total do patrimônio líquido	3.558.856	4.051.904	7.610.760

37 Gerenciamento de Riscos e de Capital

a. Gestão integrada de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

i. Políticas, normas, procedimentos e manuais

O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidas pelo nível máximo da hierarquia e aplicadas para toda a organização e que norteiam as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;

- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (*intranet*), e são revistos e atualizados em periodicidades específicas para cada tipo de documento, ou quando houver mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

ii. Estrutura de Governança e Comitês

O Conglomerado conta com comitês deliberativos e comissões técnicas de forma a garantir a adequada gestão do capital e a auto avaliação de seus riscos. Destacam-se o Comitê de ALM, Riscos e Capital (CARC) como o principal fórum de gerenciamento de riscos e capital e, em um nível superior, o Comitê Executivo (ComEx), que também realiza o acompanhamento do seu desempenho geral. Por fim, ainda dispõe de um Conselho de Administração (CA), de um Conselho Fiscal (CF) e de um Comitê de Auditoria (COAUD).

A estrutura de governança interna garante que todas as partes interessadas contribuam efetivamente no processo interno de gestão e mitigação de riscos e de avaliação da adequação de capital. Conforme detalhado a seguir, todos os órgãos têm uma atuação relevante na gestão dos riscos e do capital do Conglomerado.

Comitê executivo

- Atribuições: definição da estratégia e acompanhamento do desempenho geral da instituição, do contexto do mercado e de todos os temas abordados nos comitês e comissões, devendo deliberar sobre questões que exigem a participação da Alta Administração ou arbitrar em caso de empate nos Comitês.
- Periodicidade: semanal.
- Reporte: Conselho de Administração do Conglomerado.

Comitê de ALM, riscos e capital

- Atribuições: elaborar proposta do apetite de riscos (a ser ratificada pelo Conselho de Administração) e monitorar os indicadores de riscos relevantes, tanto financeiros quanto não financeiros; analisar e ratificar as propostas das comissões (Risco de Mercado, Risco de Crédito, Liquidez, Tributária, e de Negócios); avaliar e aprovar as operações que possam impactar no consumo ou base de capital; acompanhar o planejamento de capital para três anos; monitorar reservas de liquidez e caixa e encaminhar propostas ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração no que se refere a ações para gerenciamento e controle de riscos, bem como de gestão de capital.
- Periodicidade: quinzenal.
- Reporte: Comitê Executivo.

Comitê de crédito

- Atribuições: aprovação de limites e/ou operações de crédito encaminhadas pelas áreas comerciais, avaliação das negociações ou acordos para regularização de créditos problemáticos e baixa das restrições de crédito (temporárias ou definitivas) a pessoas, grupos e setores da economia.
- Periodicidade: semanal.
- Reporte: Comitê Executivo

Comitê de controles

- Atribuições: consolidação dos trabalhos das Comissões Setoriais de Riscos e Controles de cada Diretoria/Área; análise e validação de ações para a correção de fragilidades e aprimoramento do sistema de gerenciamento de riscos, acompanhamento dos processos relacionados ao gerenciamento de riscos; acompanhamento dos riscos operacionais e do sistema de controles internos; monitoramento das ações de prevenção à lavagem de dinheiro e de prevenção às fraudes; tomada de decisão e acompanhamento sobre questões de segurança da informação e planos de continuidade do negócio.
- Periodicidade: mensal.
- Reporte: Comitê Executivo.

Comitê de Produtos

- Atribuições: avaliação de oportunidade de novos produtos e/ou transações; aprovação para o desenvolvimento de novos produtos (avaliação do impacto em sistemas, operações, processos e controles); acompanhamento da implementação de melhorias e da manutenção dos produtos existentes; validação da conformidade (*compliance*) dos novos produtos e das transações estruturadas.
- Periodicidade: semanal.
- Reporte: Comitê Executivo

Comissão de risco de mercado

- Atribuições: avaliação das exposições a riscos de mercado e acompanhamento de limites de exposição dos principais riscos de mercado da carteira *trading*.
- Periodicidade: mensal.
- Reporte: CARC

Comissão de Risco de Crédito

- Atribuições: acompanhar e monitorar a carteira de crédito, os limites de exposição da carteira de risco de crédito, tanto de Atacado quanto de Varejo; avaliação dos resultados de stress acompanhamento do nível de provisionamento das operações de crédito frente à inadimplência, avaliação das metodologias de mensuração do risco de crédito, avaliação dos planos de contingência relacionados à gestão do risco de crédito e emissão de pareceres ao Comitê de ALM, Riscos e Capital e/ou ao Comitê Executivo, sobre novas estratégias e regras para operações e gestão da carteira de crédito; monitorar efetividade das ações de cobrança e recuperação de crédito e garantias; discutir estratégias para fomento da adimplência.
- Periodicidade: mensal.
- Reporte: CARC.

Comissão de liquidez

- Atribuições: avaliação a exposições a riscos de liquidez e dos cenários de estratégias de caixa, acompanhamento e revisão dos limites mínimos de caixa e monitoramento e atualização do plano de contingência de captação.
- Periodicidade: quinzenal.
- Reporte: CARC.

Comissão Tributária

- Atribuições: avaliação de riscos fiscais que possam impactar o balanço das empresas do Conglomerado Financeiro e demonstração para aprovação dos Estudos Técnicos para realização dos Créditos Tributários para empresas Financeiras - Resolução CMN nº 3.059.
- Periodicidade: mensal.
- Reporte: CARC.

Comissões de Negócios

- Atribuições: avaliação do retorno das operações propostas pelas áreas comerciais e elaboração de oportunidades de operações adicionais para aumento de receita e maximização do retorno sobre o capital alocado.
- Periodicidade: semanal.
- Reporte: CARC.

Comissões Setoriais de Gestão de Riscos e Controles

- Atribuições: discutir, analisar e deliberar sobre os pontos relevantes de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria interna de cada Diretoria/Área; realizar o acompanhamento das ações de correção e definir a forma de implantação dos pontos relevantes levantados; priorizar os projetos em função dos riscos e fragilidades identificados.
- Periodicidade: bimestral.
- Reporte: Comitê de Controles.

Comissão de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios

- Atribuições: deliberar sobre estratégia de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios, avaliação de riscos versus planos de ação corporativos, acompanhando a implementação dos planos estabelecidos; monitorar incidentes e indicadores de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios; desenhar e acompanhar processos e procedimentos de gestão de crise; quantificar e mitigar os riscos relativos ao vazamento de informações e à descontinuidade dos negócios.
- Periodicidade: bimestral.
- Reporte: Comitê de Controles.

b. Risco de mercado

É objetivo do controle de risco de mercado apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

i. Definições

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

ii. Princípios básicos

Em linha com a Resolução nº 3.464 do CMN, o Banco dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do risco de mercado aprovados pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado, conforme segue:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria. Esta segregação está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado. Esta definição está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado;

- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de riscos. Esta definição está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de apetite a risco definidos pela instituição; e
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

iii. Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de mercado compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação de operações, a modelagem e o controle de risco de mercado e de resultado e a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Tais funções são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Controle de risco de mercado

- Responsável pelas metodologias e modelagem de precificação e de cálculo de risco de mercado;
- Responsável pela captura independente dos preços utilizados; e
- Responsável pelas apurações dos valores em risco e do capital alocado, e pelo monitoramento de limites autorizados.

Tesouraria

- Responsável pela execução da negociação de operações com o mercado, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações;
- Responsável pelo acompanhamento das oportunidades e tendências de mercado, a gestão das exposições em risco, observando as estratégias definidas e os limites autorizados; e
- Responsável pela operacionalização da segregação gerencial de carteiras.

Operações

Responsável pela confirmação independente, pela formalização, pelo registro e contabilização, pela liquidação de operações e pela garantia da abrangência, consistência, integridade e confiabilidade das bases de dados.

Finanças

Responsável pela apuração e acompanhamento do resultado contábil e gerencial a mercado das operações.

iv. Medidas e limites de risco para gestão e controle

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- VaR (Valor em Risco): busca determinar o risco decorrente de exposições de mercado, por meio da determinação da maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e de um horizonte de tempo;
- Teste de estresse: é utilizado para estimar as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, que ocorrem em função de movimentos extremos das variáveis de mercado (ou fatores de risco);
- Capital Regulatório de Risco de Mercado: compreende o capital regulatório apurado em decorrência das exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- Análises de Sensibilidade: é utilizada para estimar as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, que ocorrem em função de oscilações nos fatores de risco; e
- Análise de GAP: consiste na mensuração dos descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco.

As medidas de risco são utilizadas em conjunto com limites para a gestão do risco de mercado. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

Existem dois tipos de limites, conforme alçada de decisão:

- Limites Superiores: limites máximos autorizados na alçada do Conselho de Administração;
- Limites Operacionais: limites internos autorizados na alçada do Comitê de ALM, Riscos e Capital e da Comissão de Risco de Mercado, sempre observando os limites Superiores.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária.

Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com programação orçamentária.

v. Segregação de carteiras

Para fins da gestão e o controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, de acordo com a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não negociação).

A carteira *trading* abrange todas as operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, detidas com a intenção de negociação, ou giro, ou destinadas a *hedging* de outras operações integrantes da carteira *trading*, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A carteira *banking* abrange todas as operações não classificadas como *trading*.

Os principais mecanismos que são adotados pelo Conglomerado para a segregação de carteiras são:

- segregação de operações: é feita com base na intenção das estratégias de negócio, capturadas no momento da negociação, refletindo a gestão proativa da tesouraria, podendo estas ser classificadas como *trading* ou *banking*;
- condições para classificação *trading*: intenção de negociação no curto prazo, precisam ter liquidez, serem marcadas a mercado diariamente e observar enquadramento aos prazos de giro e de carregamento definidos; e
- composição da carteira *banking*: inclui demais operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, que, por exclusão, não são detidas com a intenção exclusiva de negociação no curto prazo.

Carteira *Trading* – Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira *trading* é composta pelas operações que o Conglomerado possui e que estão disponíveis para negociação. Para a mensuração do risco da carteira *trading*, o Conglomerado adota metodologia de VaR por Simulação Histórica.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

<u>Período</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>
Janeiro a Dezembro/ 2014	8.991	24.828	82.259
Janeiro a Dezembro/ 2013	9.750	35.100	86.834

Carteira *Banking* - Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que provêm *funding* para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (*varejo*, *middle* ou *corporate*). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do Patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos.

Para a mensuração do risco da carteira *banking*, o Conglomerado adota metodologia de VaR por Simulação Histórica e a metodologia adota os preceitos estabelecidos pelo BACEN, por meio da Circular nº 3.365, de 12.09.2007.

O Conglomerado utiliza premissas conservadoras para a liquidação antecipada de empréstimos e depósitos que não possuam vencimento definido:

- no caso de empréstimos, assume-se a data final de liquidação de contrato, não havendo qualquer modelagem estatística para a cenarização da antecipação do recebimento dos valores devidos;
- no caso de depósitos com liquidez diária, como é o caso das captações compromissadas, realizadas por meio de compromissos de recompra, assume-se a data a partir da qual é possível o resgate (antecipação da liquidação); e
- no caso de depósitos à vista, cujas posições não são materialmente relevantes, assume-se o primeiro dia útil subsequente, à data base de cálculo, para seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira consolidada.

<u>Período</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>
Janeiro a Dezembro/ 2014	40.131	208.305	258.740
Janeiro a Dezembro/ 2013	242.274	368.182	575.280

vi. Sistemas de mensuração e processo de comunicação

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas compreendem o tratamento integrado de informações, de forma sequenciada:

- a captura de preços e curvas de fontes independentes de mercado, refletindo parâmetros das condições efetivamente praticadas para negociação;
- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil;
- a apuração dos valores a mercado de posições, para fins contábeis, do acompanhamento gerencial de posições e de performance financeira realizada; e
- o cálculo dos valores em risco, seguindo a metodologia de VaR.

Complementarmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentadas as exposições e demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados;
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta; e
- a emissão de mensagens eletrônicas específicas para reporte e monitoramento de ocorrências de extrapolação de limites ou de desenquadramento de operações, nas quais são identificadas posições e os gestores responsáveis.

vii. Comunicação de extrapolação de limites e desenquadramento de operações

O procedimento adotado para o monitoramento da utilização de limites ou do desenquadramento de operações compreende duas etapas: (i) de comunicação e (ii) de re-enquadramento.

Comunicação:

- Para comunicação, são utilizadas mensagens padrão de Alerta de Utilização, indicando níveis pré-estabelecidos de gatilho na utilização de limites, e de Extrapolação de Limite, indicando ocorrência de exposições superiores ao risco autorizado; são encaminhadas por meio eletrônico.

Re-enquadramento:

- Eventual extrapolação de limites ou desenquadramento de operações implica obrigatoriamente na execução de estratégias de negociação para re-enquadramento aos limites autorizados e redução dos valores utilizados.
- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Risco de Mercado subsequente.

viii. Análises de Sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de Sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira Trading

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2014		2013	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(64)	70	(1.041)	1.045
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(987)	1.005	(1.140)	1.153
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(1.483)	1.491	42	(42)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	-	-	-	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Carteira Trading e Banking

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2014		2013	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(22.532)	22.560	(28.445)	28.494
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(6.191)	6.234	(4.305)	4.334
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(1.160)	1.168	(337)	338
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	2.045	(2.055)	795	(794)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Consiste no cenário provável de mercado para os fatores de risco, na concepção da instituição. Na construção desse cenário, as moedas e o índice IBOVESPA sofrem choques de 1,00% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2,6466 e 50.007 pontos, respectivamente). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.
- **Cenário 2** - Cenário com choque de 25% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.
- **Cenário 3** - Cenário com choque de 50% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de créditos (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil disponível para venda e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no Patrimônio Líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira Trading

Cenário I							
2014				2013			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(550.113)	(64)	Aumento	(2.460.276)	(1.041)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	1.197.546	(1.631)	Aumento	33.115	(1.843)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(209.872)	(1.172)	Aumento	342.794	(3.491)
Índice de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	449.353	(1.483)	Aumento	30.763	42
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	78.354	(121)	Aumento	86.201	(50)

Cenário II							
2014				2013			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(550.113)	(191)	Aumento	(2.460.276)	(26.238)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	1.197.546	(5.209)	Aumento	33.115	(6.132)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(209.872)	(40.736)	Aumento	342.794	(135.718)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	449.353	(16.992)	Redução	30.763	(474)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	78.354	(8.905)	Aumento	86.201	(9.424)

Cenário III							
2014				2013			
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(550.113)	1.520	Aumento	(2.460.276)	(50.098)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	1.197.546	(9.948)	Aumento	33.115	(11.868)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(209.872)	(90.165)	Aumento	342.794	(275.553)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	449.353	(33.003)	Redução	30.763	(976)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	78.354	(35.709)	Aumento	86.201	(16.709)

Carteira Trading e Banking

Cenário I							
2014					2013		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	22.945.130	(22.532)	Aumento	14.715.241	(28.445)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.550.859)	(8.667)	Aumento	(558.201)	(5.528)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(209.872)	2.343	Aumento	(536.007)	(7.522)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	(729.196)	1.918	Aumento	(276.241)	663
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	37.428	128	Aumento	187.482	264
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	195.689	(1.160)	Aumento	426.670	(337)

Cenário II							
2014					2013		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	22.945.130	(719.233)	Aumento	14.715.241	(723.278)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.550.859)	(26.845)	Aumento	(558.201)	(15.666)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(209.872)	(143.793)	Aumento	(536.007)	(203.404)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(729.196)	(31.815)	Redução	(276.241)	(6.987)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	37.428	(271)	Redução	187.482	(372)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	195.689	(13.138)	Aumento	426.670	(2.812)

Cenário III							
2014					2013		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Exposição	Resultado	Variação de taxas	Exposição	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	22.945.130	(1.416.826)	Aumento	14.715.241	(1.392.825)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.550.859)	(52.698)	Aumento	(558.201)	(30.777)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(209.872)	(229.214)	Aumento	(536.007)	(371.795)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(729.196)	(66.381)	Redução	(276.241)	(13.957)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	37.428	(540)	Redução	187.482	(743)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	195.689	(25.326)	Aumento	426.670	(5.575)

ix. Testes de Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência.

O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2004 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 31/12/2014 e com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das ações, *commodities*, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 2,6183; as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31/12/2014; e é aplicada uma variação negativa de 4,68% no Índice BOVESPA.

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 2,9678; as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31/12/2014; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA.

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2014		2013	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	78.978	(2.402)	94.348	(9.188)
Commodities	(30)	(55)	(9.598)	(493)
Moedas estrangeiras	(209.872)	(2.909)	(536.007)	(91.484)
Taxa de juros	17.898.192	(746.340)	14.494.952	(978.023)
Total	17.767.268	(751.706)	14.043.695	(1.079.188)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2014		2013	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	78.978	-	94.348	350
Commodities	(30)	55	(9.598)	494
Moedas estrangeiras	(209.872)	19.756	(536.007)	7.945
Taxa de juros	17.898.192	415.315	14.494.952	592.626
Total	17.767.268	434.999	14.043.695	601.415

c. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão da base de perdas e indicadores de risco operacional e do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de ações de melhoria, de acordo com os níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

i. Definições

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

ii. Princípios básicos

Em linha com a Resolução nº 3.380 do CMN, o Banco dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional aprovados pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e com as melhores práticas de mercado, conforme segue:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos por intermédio dos comitês e comissões estabelecidos;
- Mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;

- Avaliação do impacto financeiro potencial e da vulnerabilidade do ambiente de controle para os riscos mapeados através de *Control Risk Self Assessment*. A partir dessa avaliação, define-se o nível de risco operacional, de acordo com a matriz de risco padronizada para toda a instituição;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles e mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas melhores práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.

iii. **Áreas envolvidas**

As funções de gerenciamento de risco operacional são desempenhadas por unidades funcionais segregadas, formalmente constituídas, formadas por equipes capacitadas e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Área de controles internos

Responsável por:

- Apoiar na identificação e avaliação dos riscos operacionais e controles existentes nas áreas e processos da instituição, incluindo os serviços terceirizados relevantes;
- Avaliar o desenho e testar a efetividade dos controles de processos de negócios, suporte e de TI;
- Avaliar a adequação da arquitetura tecnológica, colocada à disposição pela área de Tecnologia, bem como a integridade das interfaces sistêmicas que afetam os modelos internos de riscos;
- Acompanhar o andamento e a implantação dos planos de ação elaborados para mitigar riscos operacionais e para promover melhorias no ambiente de controle;
- Colocar à disposição metodologias, modelos e ferramentas que assegurem a identificação e o monitoramento dos riscos relevantes;
- Treinar e fomentar a cultura de controles internos aos colaboradores da instituição; e
- Dar ciência ao Comitê de Controles dos resultados dos trabalhos de mapeamento, avaliação e testes de controle, bem como de riscos e eventuais deficiências encontradas que sejam relevantes.

Área de risco operacional

- Responsável pela gestão e manutenção da base de dados de perdas operacionais, acompanhamento dos planos de ação para perdas relevantes e definição de metodologias e ferramentas para estruturação de indicadores de risco operacional; e
- Responsável pela atualização e revisão periódica das políticas, procedimentos e planos de comunicação relacionados às atividades de gestão e mensuração do risco operacional.

Modelagem de Risco Operacional

- Responsável pela apuração do capital alocado para risco operacional e pela realização de estudos para mensuração do capital econômico para risco operacional; e
- Responsável pelo cálculo do valor unitário para provisionamento das contingências cíveis massificadas.

Gestores e colaboradores

- Responsáveis pela gestão e revisão dos riscos operacionais existentes nas suas atividades e processos, pela implementação de controles e definição de indicadores para acompanhamento dos riscos e planos de ação para sua mitigação; e
- Responsáveis pela comunicação tempestiva das ocorrências relacionadas a risco operacional.

iv. Sistema de mensuração e processo de comunicação

A avaliação dos riscos operacionais existentes nos processos da organização considera os fatores “impacto” e “vulnerabilidade”, definidos na Régua de Riscos corporativa, que os categoriza em Baixos, Médios, Altos ou Extremos.

Os riscos mapeados e classificados são submetidos à validação dos gestores dos processos, para definição do tratamento adequado: aceitar ou reduzir o risco. Caso o tratamento do risco seja reduzir, os gestores do processo são responsáveis por propor ações de mitigação.

A área de Risco Operacional elabora e divulga à Alta Administração o Relatório Anual de Risco Operacional descrevendo a estrutura de gerenciamento do risco operacional, bem como as ações realizadas no ano corrente e as planejadas para o ano seguinte visando o aprimoramento da gestão do risco operacional no Banco.

A instituição utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) definida pelo BACEN para cálculo do capital regulatório para Risco Operacional.

v. Gerenciamento de continuidade de negócios

O Conglomerado conta com um ambiente de tecnologia de alta disponibilidade e alta capacidade de recuperação, composto pelos seguintes elementos:

- Dois datacenters *hotsites*, construídos pelo conceito de sala cofre pela Aceco, onde a infraestrutura para suportar os sistemas críticos é replicada - um deles no edifício Rochaverá no Morumbi e outro no edifício BFC na Avenida Paulista;
- Sistema de armazenamento de dados em ambos os datacenters onde as bases de dados críticas são espelhadas de forma síncrona;
- *Pool* de servidores de aplicação e cluster de servidores de arquivos para os processos e sistemas críticos;
- Unidades de fitas em ambos os datacenters e armazenamento externo de *backup*;
- Acesso remoto às aplicações críticas; e
- Ferramenta de acesso aos planos de contingência acessível pela *Internet*;

A área de Continuidade de Negócios utiliza o sistema RPX (*Recovery Planner*) para gestão das ocorrências de interrupção, definição dos planos de continuidade e documentação de suporte das evidências dos testes aplicados.

Para as empresas do segmento de varejo, o plano de continuidade compreende os *sites* de Terceiros, como processamento de Cartões (EDS) e atendimento ao cliente (Tivit e Contax).

A área de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios é a estrutura responsável por coordenar essas atividades no Consolidado junto às áreas de Negócio e Suporte e é, por princípio, independente no exercício de suas funções.

d. Risco de crédito

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

i. Definições

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

ii. Princípios básicos

Em linha com a Resolução CMN nº 3.721, O Banco dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do risco de crédito aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado, conforme segue:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos relevantes, políticas corporativas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com abrangência desde a admissão do risco, seu acompanhamento e monitoramento, até a reestruturação quando aplicável;
- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise, concessão e gestão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o *rating* dos clientes, as garantias envolvidas, prazos e atrasos das operações;
- Acompanhamento de concentrações, setoriais e de grupos econômicos, bem como, monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos derivativos financeiros;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;

- Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado - grupo com interesse econômico comum - e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito por meio de indicadores com o objetivo de minimizar o risco de perdas;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores macroeconômicos, estimando impactos financeiros afetando a inadimplência, provisões e conseqüentemente, o capital disponível exigido;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

iii. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de crédito compreendem um conjunto de atividades estratégicas, táticas e operacionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a concessão de limites, gestão da carteira, informações gerenciais, cobrança e recuperação de crédito, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas conforme apresentado a seguir:

Gestão de Risco de Crédito Atacado e Varejo

Gestão do Risco de Crédito do Atacado

A Gestão de Risco de Crédito - Atacado tem como missão direcionar e monitorar continuamente o risco de crédito do Banco de Atacado, visando mitigar os riscos associados. É composta por duas estruturas, a saber:

- Políticas de Crédito: essa supervisão tem como objetivo elaborar análises e estudos técnicos que podem resultar em políticas identificando, mensurando e mitigando o risco de crédito do Banco de Atacado. Adicionalmente, a supervisão ainda tem como objetivo zelar pela aderência das políticas de risco de crédito do Atacado aos dispositivos regulatórios, bem como atender às demandas regulatórias internas e externas no que tange ao risco de crédito do atacado.
- Monitoramento do Risco de Crédito: essa supervisão efetua o monitoramento recorrente das carteiras do banco de atacado, detectando sinais de alerta que identifiquem, com propriedade, antecedência e de forma tempestiva, a deterioração de crédito em níveis individual e agregado.

Gestão do Risco de Crédito Varejo e Modelagem

Responsável pelo desenvolvimento de modelos estatísticos, tais como *Credit Score*, *Behaviour Score*, *Collection Score*, e classificação de empresas privadas e órgãos públicos, em linha com as exigências do novo acordo de Basileia.

MIS Infraestrutura de Crédito Varejo e Atacado

Responsável pela gestão dos sistemas de crédito, interface com os *bureaux* externos, consolidação de relatórios de mensuração e controle das exposições da carteira do atacado e do varejo em nível agregado (visão de portfólio).

Cobrança e Recuperação

Gerencia as equipes de Recuperação de Crédito Varejo, Recuperação de Crédito Atacado e Planejamento de Cobrança, cujas principais atribuições estão detalhadas a seguir:

- Recuperação de Crédito Atacado: responsável pela gestão e controle dos créditos em atraso, apoiando a área comercial nas renegociações, realizando cobranças amigáveis e acompanhamento ativo, em conjunto com a área jurídica, dos processos judiciais, atuando como interlocutor e coordenador entre as áreas envolvidas, além de analisar e apresentar as propostas de renegociação ao fórum competente.
- Recuperação de Crédito Varejo: responsável pela cobrança administrativa, contenciosa e massificada (produtos: consignado, cartões, crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor - CDC), guarda e venda de bens retomados e conceituação, especificação e acompanhamento de projetos de cobrança.
- Planejamento de Cobrança: responsável pela geração e acompanhamento de relatórios e indicadores de cobrança e definição de políticas, e cálculo da Provisão de Devedores Duvidosos – PDD.

Controle de Risco de Derivativos

Realiza o monitoramento diário do portfólio de derivativos mantidos com clientes.

Risco Socioambiental

Responsável por avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, tais como: Gestão de Resíduos, Atendimento a Legislação, Condições de Trabalho e Uso dos Recursos Naturais, estabelecendo o seu nível de risco socioambiental e emitir parecer socioambiental para subsidiar a área de Concessão de Crédito no processo decisório de crédito.

O processo de concessão de crédito para o segmento Varejo pauta-se em análise através de modelos estatísticos que disponibilizam valores de acordo com a capacidade de pagamento e a qualidade do cliente. As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a tomada de decisão da aprovação do crédito.

Risco Integrado e Capital

Responsável pela coordenação (processual e metodológica) do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), apetite de riscos, teste de estresse e do Comitê de ALM, Riscos e Capital (CARC), e da apuração e análise do capital regulatório e econômico de risco de crédito, bem como, dos índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

iv. Estrutura de Concessão de Crédito e áreas envolvidas

Crédito CIB - *Corporate & Investment Banking*

Responsável pelo processo de análise e aprovação de crédito do segmento CIB, participa dos comitês decisórios da área, acompanha a estratégia de negócio com base nos cenários de mercado e políticas internas de crédito e orienta os gerentes comerciais em relação às melhores práticas de crédito, visando o crescimento sustentável e alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.

Crédito Varejo

Responsável pela análise individual, quando for necessário por políticas, das solicitações de crédito produzidas por intermédio das estruturas comerciais corporativas do segmento Varejo, assegurando que as mesmas sejam tratadas com aderência às normas e procedimentos e aos respectivos níveis de alçada de cada operação, bem como pelo controle da exposição de risco da carteira.

v. Estrutura da Diretoria de Controles Internos e Riscos Operacionais

Validação de Modelos: Responsável pela avaliação independente dos riscos associados ao processo de desenvolvimento de modelos, acompanhamento dos planos de ação elaborados para mitigação de riscos identificados na validação de modelos e monitoramento do desempenho de modelos.

vi. Gestão do Risco de Crédito

A instituição realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de governança, instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação e mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

Concessão de Crédito

O processo de concessão de crédito do segmento de Atacado é pautado por avaliações detalhadas dos clientes proponentes, quer seja na admissão de prospectivos, ou na renovação de limites de crédito para clientes existentes. No processo de análise de crédito, a instituição conta com sistemas integrados que gerenciam todo o fluxo de análise, desde a propositura de limites, processo de atualização do conhecimento detalhado do cliente (*Know Your Client* “KYC”, verificação de documentação e pesquisas à bureaus de crédito e informações de mercado), submissão às alçadas de crédito e implantação das deliberações dos comitês correspondentes. As avaliações das propostas são segmentadas em estruturas organizacionais específicas conforme o nível de

atendimento comercial (*Insutry Team e Regional Team*) e consideram aspectos relativos à gestão da empresa, informações sócio-enconômicas, ambiente competitivo onde a empresa exerce suas atividades, aspectos de mercado, setor econômico onde a empresa está inserida, entre outros. Após a avaliação é elaborada uma apresentação de crédito, que compila os principais pontos de riscos e seus mitigantes que devem ser analisados pelos Comitês de Crédito.

Já no segmento de Varejo, as propostas de crédito tramitam por sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de score, que propiciam maior agilidade e confiabilidade na tomada de decisão sobre a concessão do crédito, que são destinados a indivíduos que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade. Para casos onde o modelo de *score* não decide automaticamente, a mesa de crédito realiza uma verificação mais detalhada de todos os aspectos que envolvem o contrato, com intuito de aprovar ou negar a proposta de crédito.

Monitoramento de crédito

No Atacado, após a aprovação do limite e/ou operação de crédito ao cliente, estes passam a ser acompanhados por meio do monitoramento recorrente da carteira, identificando sinais de alerta que demonstrem, com propriedade, antecedência e de forma tempestiva, a deterioração de crédito em níveis individual e agregado. No Varejo, a instituição realiza o monitoramento do risco de crédito por meio de indicadores de desempenho e relatórios gerenciais da carteira de crédito.

Recuperação de Crédito

A área de recuperação de crédito trabalha em conjunto com a área de monitoramento a partir do primeiro dia de atraso observado em operações de crédito. Diversas estratégias são utilizadas para maximizar oportunidades de cobrança.

vii. Gestão do Risco de Crédito da Contraparte

O Banco considera que o risco de crédito da contraparte está presente principalmente nas operações com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, operações compromissadas e empréstimos de ativos.

Para as operações de derivativos, são realizadas classificações e tratamentos específicos quanto a existência de contraparte central.

- Operações sem contraparte central: o processo de gestão e controle para operações de derivativos sem contraparte central é feito de modo que para cada cliente são definidos limites de crédito específicos de derivativos. As políticas e normas de crédito adotadas pela Instituição são empregadas tanto na definição quanto no acompanhamento periódico desses limites.
- Operações com contraparte central: operações com contraparte central possuem cláusulas contratuais (chamadas de margens, etc.) que mitigam o risco de crédito de contraparte.

O Conglomerado dispõe de uma estrutura dedicada à gestão de limites, com o objetivo de acompanhar o comportamento da carteira e comunicar a Alta Administração, por meio de relatórios periódicos, oportunidades de negócios e eventuais riscos de extrapolação de limites.

viii. Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *Off Balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros	37.621.648	43.263.331
Caixa e equivalentes de caixa	2.809.259	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	4.131.013	5.848.911
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	4.554.930	5.842.870
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.352.958	20.027.187
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.086.836	5.181.200
Instrumentos financeiros derivativos	1.686.652	1.313.202
Ativos financeiros com característica de concessão de crédito	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>
Empréstimos e recebíveis - (a)	55.699.967	61.044.074
<i>Off Balance</i>	<u>9.926.804</u>	<u>11.084.358</u>
Avais e fianças	9.782.743	10.988.708
Cartas de fianças	144.061	95.650
Total	<u>103.248.419</u>	<u>115.391.763</u>

(a) O Conglomerado tem como política utilizar para fins de exposição de risco de crédito em empréstimos e recebíveis as operações com característica de concessão de crédito, vide Nota Explicativa 7a.

Ativos Financeiros

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, por tipo de mercado da contraparte, foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Doméstico	36.591.439	41.463.139
Exterior	1.030.209	1.800.192
Total	<u>37.621.648</u>	<u>43.263.331</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, segregado pela contraparte em:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Público	21.233.418	23.029.714
Privado	16.388.230	20.233.617
Total	<u>37.621.648</u>	<u>43.263.331</u>

O fluxo de vencimento das parcelas dos ativos financeiros, na data das Demonstrações Contábeis, era:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 90 dias	12.433.195	16.135.211
De 91 a 360 dias	4.831.367	5.726.948
De 1 a 3 anos	11.797.990	13.945.391
De 3 a 5 anos	3.993.591	3.969.146
Acima de 5 anos	<u>4.565.505</u>	<u>3.486.635</u>
Total	<u>37.621.648</u>	<u>43.263.331</u>

Ativos financeiros com característica de concessão de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das Demonstrações Contábeis, por tipo de mercado da contraparte, foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Doméstico	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>
Total	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das Demonstrações Contábeis, por segmento de negócio, foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Clientes varejo	38.282.873	42.732.562
Clientes atacado	<u>17.417.094</u>	<u>18.311.512</u>
Total	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das Demonstrações Contábeis, por concentração de risco, foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dez maiores devedores	4.281.208	3.578.395
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.913.800	4.431.050
Cem seguintes maiores devedores	3.543.656	2.939.859
Demais clientes	<u>42.961.303</u>	<u>50.094.770</u>
Total	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das Demonstrações Contábeis por setor de atividade econômica foi:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoas jurídicas	18.048.752	19.883.723
Setor público estadual	524.694	474.848
Administração direta	524.694	474.848
Setor privado	17.524.058	19.408.875
Indústria	8.476.069	9.128.620
Comércio	2.448.863	2.810.799
Rural	554.575	604.084
Serviços	5.879.995	6.865.372
Intermediários financeiros	164.556	-
Pessoas físicas	37.651.215	41.160.351
Total	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

O fluxo de vencimento das parcelas da carteira de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito, concedidos na data das Demonstrações Contábeis, era:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	3.086.974	1.926.774
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	8.427.775	9.974.390
De 91 a 360 dias	17.828.859	19.623.870
De 1 a 3 anos	20.767.038	25.056.342
De 3 a 5 anos	3.909.398	1.940.690
Acima de 5 anos	1.679.923	2.522.008
Total	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

Qualidade de crédito dos ativos financeiros com característica de concessão de crédito

A classificação interna por faixa de risco é determinada individualmente, por cliente, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil.

A seguir apresentamos a segregação das operações com característica de concessão de crédito considerando o valor contábil da exposição máxima do risco de crédito na data das Demonstrações Contábeis:

Carteira vencenda

Classificação interna	2014	2013
Baixo (AA ao C)	44.829.741	47.020.096
Médio (D ao E)	500.831	1.003.152
Alto (F ao H)	145.897	1.221.712
Total	<u>45.476.469</u>	<u>49.244.960</u>

Carteira vencida sem incidência de impairment

Classificação por vencimento	2014	2013
De 1 a 30 dias de atraso	3.985.069	4.437.006
De 31 a 90 dias de atraso	48.883	40.170
Total	<u>4.033.952</u>	<u>4.477.176</u>

Carteira vencida com incidência de impairment

Classificação interna	2014	2013
Avaliação coletiva	4.040.984	5.229.618
Avaliação individual (a)	2.148.562	2.092.320
Total	<u>6.189.546</u>	<u>7.321.938</u>
Total da carteira	<u>55.699.967</u>	<u>61.044.074</u>

(a) A seguir apresentamos as operações de crédito individualmente significativas com incidência de impairment:

Qualificação da exposição	2014			2013		
	Valor presente	Impairment	Valor líquido	Valor presente	Impairment	Valor líquido
Baixo (AA ao C)	300.598	246	300.352	196.231	107.218	89.013
Médio (D ao E)	360.056	69.681	290.375	199.566	52.152	147.414
Alto (F ao H)	1.487.908	1.272.002	215.906	1.696.523	1.254.274	442.249
Total	<u>2.148.562</u>	<u>1.341.929</u>	<u>806.633</u>	<u>2.092.320</u>	<u>1.413.644</u>	<u>678.676</u>

ix. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

A provisão para perdas por redução no valor recuperável em empréstimos e recebíveis segregada por operações individualmente significativas e carteira massificada está apresentada a seguir:

	2014	2013
Operações individualmente significativas (a)	1.716.131	1.535.148
Operações massificadas	2.728.812	3.740.867
Total	4.444.943	5.276.015

(a) Contém provisão para perdas por redução ao valor recuperável para operações *Off Balance* no montante de R\$ 374.202 (R\$ 121.504 em 2013).

A movimentação na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito foi:

	2014	2013
Saldo inicial	5.276.015	5.198.205
Constituições/(reversões)	2.383.101	4.482.805
Baixas para prejuízo	(3.214.173)	(4.404.995)
Saldo final	4.444.943	5.276.015

A Administração avalia, em cada data de fechamento de balanço, o comportamento de risco de ativos financeiros e de grupos de ativos financeiros a fim de identificar a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas incorridas e não identificadas, de acordo com o IAS 39.58. Em caso de evidência de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresente problemas de recuperação, deve ser constituída a provisão para impairment.

Durante 2014, o Conglomerado renegociou/aditou R\$ 4.245.886 (R\$ 6.426.550 em 2013) de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito. Esse montante considera as renegociações/aditamentos de contratos adimplentes e inadimplentes. No mesmo período, o Conglomerado recuperou R\$ 771.517 (R\$ 709.125 em 2013) baixados como prejuízo.

x. Garantias prestadas (*Off Balance*)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis, por ramo de atuação da contraparte, foi:

	2014						2013	
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Outros	Total	Total
Avais e Fianças	540.871	1.771.989	4.055.045	7.164	3.213.947	193.727	9.782.743	10.988.708
Cartas de Fianças	-	797	7.436	-	135.828	-	144.061	95.650
Total	540.871	1.772.786	4.062.481	7.164	3.349.775	193.727	9.926.804	11.084.358

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis, por região geográfica da contraparte, foi:

	2014					2013
	Centro-Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Total	Total
Avais e Fianças	-	181.581	360.807	9.240.355	9.782.743	10.988.708
Cartas de Fianças	7.436	-	797	135.828	144.061	95.650
Total	7.436	181.581	361.604	9.376.183	9.926.804	11.084.358

xi. Garantias recebidas

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis, por ramo de atuação da contraparte, eram:

	2014					2013	
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Total	Total
Avais e Fianças	2.784.796	6.535.310	49.686	367.334	4.616.273	14.353.399	14.649.873
Títulos e Valores Mobiliários	742.532	1.346.213	11.933	144.658	1.070.501	3.315.837	4.522.557
Máquinas e Equipamentos	116.253	1.361.932	-	125	161.112	1.639.422	1.557.108
Hipotecas	1.015.026	3.098.844	-	286.355	2.703.235	7.103.460	6.013.666
Outros	1.137.229	2.069.692	-	112.117	389.491	3.708.529	4.578.134
Total	5.795.836	14.411.991	61.619	910.589	8.940.612	30.120.647	31.321.338

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis, por região geográfica da contraparte, eram:

	2014					2013	
	Centro -Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Total	Total
Avais e Fianças	133.841	262.092	1.843.039	11.575.934	538.493	14.353.399	14.649.873
Títulos e Valores Mobiliários	345	208.532	108.360	2.998.600	-	3.315.837	4.522.557
Máquinas e Equipamentos	6.925	46.350	114.213	1.471.934	-	1.639.422	1.557.108
Hipotecas	150.061	164.892	894.299	5.894.208	-	7.103.460	6.013.666
Outros	70.690	101.139	507.397	3.011.162	18.141	3.708.529	4.578.134
Total	361.862	783.005	3.467.308	24.951.838	556.634	30.120.647	31.321.338

A exposição máxima de risco de crédito e suas respectivas garantias são apresentadas a seguir:

	2014						
	Ativos com excesso de garantias		Ativos com insuficiência de garantias		Ativos sem garantias	Total	
	Valor de ativo	Valor da garantia	Valor de ativo	Valor da garantia	Ativos	Garantias	
Ativos financeiros	4.880.175	5.498.021	-	-	32.741.473	37.621.648	5.498.021
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	2.809.259	2.809.259	-
Ativos financeiros com acordo de revenda	4.131.013	4.157.652	-	-	-	4.131.013	4.157.652
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	401.225	992.432	-	-	4.153.705	4.554.930	992.432
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	16.352.958	16.352.958	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	8.086.836	8.086.836	-
Instrumentos financeiros derivativos	347.937	347.937	-	-	1.338.715	1.686.652	347.937
At. Fin. com característica de concessão de crédito	15.956.254	26.074.114	39.597.340	26.159.854	146.373	55.699.967	52.233.968
Empréstimos e recebíveis - Atacado	15.956.254	26.074.114	1.314.467	970.070	146.373	17.417.094	27.044.184
Empréstimos e recebíveis - Varejo - (a)	-	-	38.282.873	25.189.784	-	38.282.873	25.189.784
Off Balance	1.253.668	1.625.430	169.832	110.664	8.503.304	9.926.804	1.736.094
Total	22.090.097	33.197.565	39.767.172	26.270.518	41.391.150	103.248.419	59.468.083

	2013						
	Ativos com excesso de garantias		Ativos com insuficiência de garantias		Ativos sem garantias	Total	
	Valor de ativo	Valor da garantia	Valor de ativo	Valor da garantia	Ativos	Garantias	
Ativos financeiros	6.793.158	7.719.106	-	-	36.470.173	43.263.331	7.719.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	5.049.961	5.049.961	-
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.848.911	5.924.132	-	-	-	5.848.911	5.924.132
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	175.936	612.246	-	-	5.666.934	5.842.870	612.246
Ativos financeiros disponíveis para venda	532.636	947.053	-	-	19.494.551	20.027.187	947.053
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	5.181.200	5.181.200	-
Instrumentos financeiros derivativos	235.675	235.675	-	-	1.077.527	1.313.202	235.675
At. Fin. com característica de concessão de crédito	13.219.451	25.474.148	43.752.074	24.789.211	4.072.549	61.044.074	50.263.359
Empréstimos e recebíveis - Atacado	13.219.451	25.474.148	1.019.512	811.883	4.072.549	18.311.512	26.286.031
Empréstimos e recebíveis - Varejo - (a)	-	-	42.732.562	23.977.328	-	42.732.562	23.977.328
Off Balance	1.458.281	2.215.209	1.079.990	1.025.124	8.546.087	11.084.358	3.240.333
Total	21.470.890	35.408.463	44.832.064	25.814.335	49.088.809	115.391.763	61.222.798

- (a) Para o segmento Varejo, os contratos de financiamento têm como garantia real, o bem financiado, que são regulamentadas nas cláusulas do contrato firmado entre as partes e os valores das garantias são mensurados mensalmente através da cotação do valor de mercado divulgados em *websites* de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro.

O valor estimado de venda foi apurado através de estudo comparativo entre o valor de mercado dos bens, divulgados em *websites* de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro e o valor efetivo de venda do bem. Fatores que influenciam no preço como marca, modelo e idade da garantia foram considerados no cálculo.

Em relação aos custos, são utilizados valores médios de custos de todo o processo de retomada, incluindo: ajuizamento, localização da garantia, serviço de guincho, custo de estadia em pátio, taxas do Detran, honorários de venda, etc.

xii. Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

No exercício de 2014, em seu curso dos negócios, o Conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e empréstimos e recebíveis para clientes. De acordo com as condições das operações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da instituição.

O Conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e rendimentos que o título oferece são reconhecidos pelo Conglomerado. A seguir, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

<u>Venda com compromisso de recompra - própria</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.257.066	1.905.023
Letras Financeiras do Tesouro	-	37.543
Letras do Tesouro Nacional	499.445	1.481.274
Notas do Tesouro Nacional	687.251	386.206
Outros títulos no exterior	70.370	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	3.259.474	9.331.370
Letras do Tesouro Nacional	1.934.389	8.284.522
Notas do Tesouro Nacional	1.130.730	1.011.621
Outros títulos no exterior	194.355	35.227
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.119.147	3.955.450
Letras do Tesouro Nacional	1.080.848	2.973.865
Notas do Tesouro Nacional	1.038.299	981.585
Passivo associado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	(6.491.811)	(14.946.357)
Letras Financeiras do Tesouro	-	(37.339)
Letras do Tesouro Nacional	(3.432.951)	(12.528.277)
Notas do Tesouro Nacional	(2.810.066)	(2.345.514)
Outros	(248.794)	(35.227)
Total	143.876	245.486

<u>Venda com compromisso de recompra - terceiros</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Ativos financeiros com acordo de revenda	4.105.563	1.088.299
Letras do Tesouro Nacional	4.105.563	-
Notas do Tesouro Nacional	-	1.088.299
Passivo associado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	(4.098.834)	(1.088.437)
Letras do Tesouro Nacional	(4.098.834)	-
Notas do Tesouro Nacional	-	(1.088.437)
Total	<u>6.729</u>	<u>(138)</u>
<u>Venda com compr. de recompra – livre movimentação</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Ativos financeiros com acordo de revenda – vendida	17.733	307.278
Passivo associado		
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	(11.064)	(301.731)
Total	<u>6.669</u>	<u>5.547</u>

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial, os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado. Por conta desta responsabilidade perante o cessionário, um passivo financeiro associado é reconhecido. A seguir, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

<u>Cessão de crédito</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Empréstimos e Recebíveis	14.465.516	14.414.850
Créditos cedidos com coobrigação	14.465.516	14.414.850
Passivo associado		
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(16.390.818)	(16.514.144)
Cessionários (cessões com coobrigação)	(16.390.818)	(16.514.144)
Total	<u>(1.925.302)</u>	<u>(2.099.294)</u>

O Conglomerado detém garantias para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na forma de hipotecas sobre propriedades, valores mobiliários e outras garantias.

xiii. Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos máster executáveis de liquidação

O Conglomerado contrata operações de derivativos, através de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos os montantes detidos por cada contraparte em um determinado dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago pela parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, então o valor de encerramento é apurado e apenas um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Esses contratos não atendem os critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o Conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

Descrição	Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos	Saldos líquidos
Derivativos			
2014	1.295.982	(1.252.826)	43.156
2013	51.457	(67.190)	(15.733)

e. Gerenciamento do capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do BACEN, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

i. Capital Disponível (Patrimônio de Referência, Capital Nível I e Capital Principal)

O Capital Disponível, classificado como Patrimônio de Referência (PR), Capital Nível I e Capital Principal é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras. O Patrimônio de Referência (PR) é obtido pela soma do Capital Nível 2 e Capital Nível 1, sendo este último obtido pela soma do Capital Principal e Capital Complementar, conforme definidos na Resolução nº 4.192 e nº 4.193 do CMN. O Capital Principal é composto pelo Patrimônio Líquido e deduções específicas.

ii. Ativo Ponderado pelo Risco - RWA

O RWA, conforme definido pela Resolução 4.193 do CMN, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\boxed{\text{RWA}} = \boxed{\text{RWA}_{\text{CPAD}} \text{ (Risco de Crédito)}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{CAM}} + \text{RWA}_{\text{JUR}} + \text{RWA}_{\text{COM}} + \text{RWA}_{\text{ACS}} \text{ (Risco de Mercado)}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{OPAD}} \text{ (Risco Operacional)}}$$

Sendo que:

- RWACPAD: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (Circular nº 3.644) do BACEN;
- RWACAM: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (Circular nº 3.641 do BACEN);
- RWAJUR: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação da taxa de juros classificadas na carteira de negociação (Circulares nº 3.634, 3.635, 3.636 e 3.637 do BACEN);
- RWACOM: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias – *commodities* (Circular nº 3.639 do BACEN);
- RWAACS: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações classificadas na carteira de negociação (Circular nº 3.638 do BACEN);
- RWAOPAD: parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (Circular nº 3.640 do BACEN).

iii. Suficiência de Capital (Visão Regulatória)

A gestão do Capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

iv. Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que, a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- Participação de não controladores;
- Investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- Créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

A posição de capital regulador do Conglomerado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada a seguir:

v. Índices de Capital calculados com base na posição patrimonial elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrimônio de Referência (PR)	11.276.250	11.217.382
Capital Nível I	7.159.444	7.100.432
Capital principal	7.159.444	7.100.432
Capital Nível II	4.116.806	4.116.950
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	<u>75.374.854</u>	<u>77.298.820</u>
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	67.931.827	71.990.485
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	3.255.044	1.667.609
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	4.187.983	3.640.726
Total de Capital Exigido	<u>8.291.234</u>	<u>8.503.970</u>
Margem sobre o Patrimônio de Referência	<u>2.985.016</u>	<u>2.713.412</u>
Índice de Basileia (PR /RWA)	14,96%	14,51%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,50%	9,18%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,50%	9,18%
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor da situação para o limite de imobilização	451.833	436.936
Valor da margem ou insuficiência	<u>5.186.290</u>	<u>5.171.754</u>
Limite para imobilização	<u><u>5.638.123</u></u>	<u><u>5.608.690</u></u>

f. Risco de liquidez

A gestão de Risco de Liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez do Conglomerado estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco estabelecidos pela Alta Administração.

i. Definições

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

ii. Princípios Básicos

Em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN, o Banco dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado, conforme segue:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria. Esta segregação está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez. Esta definição está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração; e
- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

iii. Governança e Comissões de Gestão e Controle

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados, com definição clara de atribuições, composição e periodicidade:

Conselho de Administração

Responsável por fixar as diretrizes fundamentais da política geral da Instituição, verificar e acompanhar a sua execução.

Comitê Executivo

Responsável por discutir e acompanhar temas recorrentes do negócio abordados nos comitês e comissões operacionais e revisar continuamente a estrutura de governança interna a fim de promover melhorias e aprovar os eventuais ajustes e modificações nos comitês, comissões e subcomissões operacionais da governança interna.

Comitê de ALM, Riscos e Capital

Responsável por analisar e ratificar as propostas encaminhadas para aprovação pelas Comissões subordinadas no que se refere a ações para gerenciamento e controle de riscos.

Comissão de Liquidez

Responsável pelo acompanhamento e deliberação dos assuntos relacionados à gestão do risco de liquidez, submetendo-os para acompanhamento ao Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital.

iv. Áreas Envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, negociação e o desembolso de operações, modelagem e o controle do risco de liquidez e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Risco de Mercado e Liquidez

- Responsável pelas metodologias de modelagem e pela validação das premissas utilizadas para os cenários e métricas do risco de liquidez; e
- Responsável pela atualização e revisão periódica dos cenários de liquidez, do plano de contingência de liquidez e pelo monitoramento de limites autorizados de caixa.

Tesouraria e Área de Captação

- Responsáveis pela execução da negociação de operações com o mercado e clientes, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações; e
- Responsáveis pela definição e atualização periódica das premissas de aplicação e captação e pela implementação do plano de contingência de liquidez, observando as estratégias definidas e os instrumentos previamente autorizados.

Finanças

- Responsável pela elaboração e colocação à disposição da previsão orçamentária; e
- Responsável pelo acompanhamento de carteiras e composição do Balanço e pela avaliação de propostas de emissão de instrumentos de dívidas subordinadas.

v. Medidas e Limites de Risco para Gestão e Controle

O Banco adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de liquidez:

- Meta de Liquidez e Caixa Mínimo: compreende o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para os cenários adversos de liquidez;
- Cenários de vencimento: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, tendo por base a premissa geral de vencimento das carteiras atuais;
- Cenários orçamentários: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, tendo por base a premissa geral de rolagem das carteiras atuais;
- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou da dinâmica e da composição das carteiras, que possam alterar de forma significativa os cenários projetados de liquidez do Banco;
- Análises de Sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- Perfil de Concentração de Captação: compreende o acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

As medidas de risco são utilizadas para o estabelecimento de limites e para a tomada de decisão. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, por meio do estabelecimento de níveis mínimos de caixa e de ações contingenciais. A área de Risco de Mercado e Liquidez é responsável por monitorar diariamente o risco de liquidez e acionar os fóruns competentes em caso de aumento do risco.

Os valores estabelecidos nos limites de liquidez e no plano de contingência são atualizados e revistos periodicamente, em função da alteração significativa das condições de mercado ou da dinâmica e composição das carteiras.

vi. Sistemas de Mensuração e Processo de Comunicação

O Banco adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de liquidez, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas operacionalizam o tratamento integrado de informações, de forma sequenciada:

- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil; e
- a apuração do perfil de liquidez, pelo cálculo da rolagem e do vencimento de operações, conforme as premissas dos diversos cenários em pauta.

Adicionalmente, o Banco adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta.

vii. Comunicação de Extrapolação de Limites e Plano de Contingência

O procedimento adotado para o monitoramento dos níveis de caixa e do plano de contingência compreende duas etapas: comunicação e de monitoramento.

Comunicação:

- Para comunicação são apresentados os cenários e métricas de liquidez na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital, onde são analisadas as variações e considerados os níveis pré-estabelecidos de acionamento do plano de contingência em caso de potencial extrapolação dos limites estabelecidos.

Monitoramento:

- Eventual extrapolação de limites implica obrigatoriamente a implementação de estratégias combinadas de negócio, de gestão das carteiras de aplicação e captação, para a recomposição dos níveis de liquidez, incluindo, caso necessário, o lançamento e a adoção das ações estabelecidas previamente no plano de contingência.
- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital.

g. Gestão de ativos e passivos

O Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, bem como a gestão do capital que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2014 e 2013

A seguir, estão as maturidades de ativos e passivos:

		2014					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	190.377	2.618.882	-	-	-	-	2.809.259
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	4.105.563	-	-	-	25.450	4.131.013
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	770.914	3.784.016	-	-	-	-	4.554.930
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.679.278	1.848.310	3.231.727	4.203.278	2.337.720	3.052.645	16.352.958
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	569.842	1.052.355	6.464.639	-	-	8.086.836
Instrumentos financeiros derivativos	-	438.261	266.304	324.120	211.817	446.150	1.686.652
Empréstimos e recebíveis	-	9.760.947	17.064.369	20.035.770	4.050.050	1.677.172	52.588.308
Total	2.640.569	23.125.821	21.614.755	31.027.807	6.599.587	5.201.417	90.209.956
Passivo							
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	7.429	-	44.408	-	-	51.837
Passivos financeiros ao custo amortizado - (a)	1.316.041	22.316.368	28.421.417	27.438.063	4.359.387	5.799.568	89.650.844
Instrumentos financeiros derivativos	-	671.007	525.310	224.136	210.739	366.832	1.998.024
Total	1.316.041	22.994.804	28.946.727	27.706.607	4.570.126	6.166.400	91.700.705
		2013					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	207.095	4.842.866	-	-	-	-	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	5.628.594	220.317	-	-	-	5.848.911
Ativos financeiros valor justo resultado	941.495	4.901.375	-	-	-	-	5.842.870
Ativos financeiros disp. venda	1.901.251	2.228.423	5.154.576	6.028.925	2.675.240	2.038.772	20.027.187
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	4.783.282	397.918	-	5.181.200
Instrumentos financeiros derivativos	-	231.349	216.897	405.490	247.592	211.874	1.313.202
Empréstimos e recebíveis	-	9.570.283	19.699.286	24.218.797	1.856.101	2.501.183	57.845.650
Total	3.049.841	27.402.890	25.291.076	35.436.494	5.176.851	4.751.829	101.108.981
Passivo							
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	135.762	359.549	37.422	22.546	-	555.279
Passivos financeiros ao custo amortizado - (a)	2.235.073	29.871.950	33.736.110	27.937.480	3.462.770	4.614.881	101.858.264
Instrumentos financeiros derivativos	-	239.846	272.668	427.866	191.207	159.018	1.290.605
Total	2.235.073	30.247.558	34.368.327	28.402.768	3.676.523	4.773.899	103.704.148

(a) Saldos apresentados pelo fluxo de caixa não descontado.

Considerando os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas como acima de 5 anos e as operações passivas como até 90 dias. O patrimônio líquido não tem prazo determinado e está sendo apresentado como acima de 5 anos.

No quadro, a rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" está apresentada de acordo com os vencimentos dos ativos classificados na categoria. A baixa dos títulos pode ser realizada entre 90 e 360 dias.

O perfil dos instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação nas respectivas datas base são:

Posição ativa	2014	2013
Operações em Bolsa	<u>717.262</u>	<u>506.791</u>
Balcão	<u>969.390</u>	<u>806.411</u>
Instituições financeiras	46.480	42.328
Clientes	<u>922.910</u>	<u>764.083</u>
Total	<u>1.686.652</u>	<u>1.313.202</u>
Posição passiva	2014	2013
Operações em Bolsa	<u>(1.552.536)</u>	<u>(1.049.722)</u>
Balcão	<u>(445.488)</u>	<u>(240.883)</u>
Instituições financeiras	(44.178)	(46.830)
Clientes	<u>(401.310)</u>	<u>(194.053)</u>
Total	<u>(1.998.024)</u>	<u>(1.290.605)</u>

Os ativos financeiros dados em garantia para operações em Bolsa, Câmeras de compensação, entre outros, são:

	2014	2013
Operações em Bolsa	<u>2.231.237</u>	<u>2.146.605</u>
Notas do Tesouro Nacional	616.736	1.919.180
Letras Financeiras do Tesouro	30.576	10.572
Letras do Tesouro Nacional	1.583.925	216.853
Operações Câmera Comp.	<u>64.985</u>	<u>105.489</u>
Notas do Tesouro Nacional	12.852	30.049
Letras do Tesouro Nacional	52.133	75.440
Outros	<u>420.210</u>	<u>870.062</u>
Letras Financeiras do Tesouro	27.110	11.088
Letras do Tesouro Nacional	-	452.248
Outros títulos no exterior	<u>393.100</u>	<u>406.726</u>
Total	<u>2.716.432</u>	<u>3.122.156</u>

A exposição do Conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, foi a seguinte:

2014								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	Total
Ativo								
Ativos financeiros com acordo de revenda	4.111.518	19.495	-	-	-	-	-	4.131.013
Ativos financeiros valor justo resultado	3.128.480	1.426.450	-	-	-	-	-	4.554.930
Empréstimos e recebíveis	44.372.753	8.168.100	47.455	-	-	-	-	52.588.308
Outros ativos	2.383.528	450.584	21.158	3.840	1.595	1.886	1.985	2.864.576
Total	<u>53.996.279</u>	<u>10.064.629</u>	<u>68.613</u>	<u>3.840</u>	<u>1.595</u>	<u>1.886</u>	<u>1.985</u>	<u>64.138.827</u>
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado	(72.122.246)	(12.802.138)	(4.574)	-	-	-	-	(84.928.958)
Outros passivos	(2.731.418)	(848.212)	(21.337)	-	-	-	-	(3.600.967)
Total	<u>(74.853.664)</u>	<u>(13.650.350)</u>	<u>(25.911)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(88.529.925)</u>
Instrumentos financeiros derivativos								
Posição ativa em moeda estrangeira		8.581.136	362.243	-	-	-	-	
Posição passiva em moeda estrangeira		(5.217.712)	(400.219)	(310)	-	-	-	
Exposição cambial		<u>(222.297)</u>	<u>4.726</u>	<u>3.530</u>	<u>1.595</u>	<u>1.886</u>	<u>1.985</u>	

2013								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	4.990.234	56.633	2.016	709	369	-	-	5.049.961
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.778.713	70.198	-	-	-	-	-	5.848.911
Ativos financeiros valor justo resultado	4.476.884	1.365.986	-	-	-	-	-	5.842.870
Empréstimos e recebíveis	50.506.512	7.295.723	43.415	-	-	-	-	57.845.650
Outros ativos	2.141.511	106.758	5.339	-	539	338	15.434	2.269.919
Total	<u>67.893.854</u>	<u>8.895.298</u>	<u>50.770</u>	<u>709</u>	<u>908</u>	<u>338</u>	<u>15.434</u>	<u>76.857.311</u>
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado	(86.111.892)	(10.762.813)	(6.518)	-	-	-	-	(96.881.223)
Outros passivos	(2.031.915)	(926.362)	(1.175)	(241)	-	-	-	(2.959.693)
Total	<u>(88.143.807)</u>	<u>(11.689.175)</u>	<u>(7.693)</u>	<u>(241)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(99.840.916)</u>
Instrumentos financeiros derivativos								
Posição ativa em moeda estrangeira		5.079.282	26.957	-	-	-	-	
Posição passiva em moeda estrangeira		(2.180.088)	(51.834)	(2.135)	-	-	-	
Exposição cambial		<u>105.317</u>	<u>18.200</u>	<u>(1.667)</u>	<u>908</u>	<u>338</u>	<u>15.434</u>	

h. Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *inputs* incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	2014				2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Ativos financeiros com acordo de revenda	-	-	-	-	-	1.003.200	-	1.003.200
Ativos financeiros ao valor justo resultado	4.363.171	191.759	-	4.554.930	4.944.422	898.448	-	5.842.870
Público	3.277.943	-	-	3.277.943	3.643.070	481.532	-	4.124.602
Imobiliário	-	116	-	116	-	24.771	-	24.771
Privado	768	85.266	-	86.034	22.608	186.140	-	208.748
Rurais	-	104.051	-	104.051	-	206.005	-	206.005
Cotas de fundos	752.806	-	-	752.806	913.876	-	-	913.876
Ações	17.252	-	-	17.252	28.394	-	-	28.394
Exterior	314.402	2.326	-	316.728	336.474	-	-	336.474
Ativos financeiros disp. venda	10.243.824	5.051.609	1.057.525	16.352.958	14.316.969	4.550.048	1.160.170	20.027.187
Público	9.265.564	542.972	-	9.808.536	13.619.768	-	-	13.619.768
Imobiliário	-	214.882	-	214.882	-	40.244	-	40.244
Privado	40.760	3.366.411	-	3.407.171	43.330	3.015.494	-	3.058.824
Rurais	-	551.227	-	551.227	-	981.848	-	981.848
Cotas de fundos	560.196	-	-	560.196	486.719	-	-	486.719
Ações	61.563	-	1.057.525	1.119.088	64.706	-	1.160.170	1.224.876
Outros	-	62.377	-	62.377	-	79.338	-	79.338
Exterior	315.741	313.740	-	629.481	102.446	433.124	-	535.570
Instrumentos financeiros derivativos	153.303	1.533.349	-	1.686.652	86.012	1.227.190	-	1.313.202
Diferencial a receber de swap	-	1.041.868	-	1.041.868	-	847.131	-	847.131
Derivativos de crédito	-	5.429	-	5.429	-	1.934	-	1.934
Outros	153.303	486.052	-	639.355	86.012	378.125	-	464.137
Empréstimos e recebíveis	-	24.094.139	-	24.094.139	-	32.570.986	-	32.570.986
Total	14.760.298	30.870.856	1.057.525	46.688.679	19.347.403	40.249.872	1.160.170	60.757.445
Passivo								
Passivos financeiros ao valo justo resultado	(11.077)	(40.760)	-	(51.837)	(301.753)	(253.526)	-	(555.279)
Operações compromissadas	(11.064)	-	-	(11.064)	(301.731)	-	-	(301.731)
Box de opções – Estrutura de renda fixa	-	(7.416)	-	(7.416)	-	(143.598)	-	(143.598)
Títulos no exterior	(13)	(33.344)	-	(33.357)	(22)	(109.928)	-	(109.950)
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	(7.691.840)	-	(7.691.840)	-	(6.754.785)	-	(6.754.785)
Instrumentos financeiros derivativos	(334.803)	(1.663.221)	-	(1.998.024)	(71.966)	(1.218.639)	-	(1.290.605)
Diferencial a pagar de swap	-	(960.579)	-	(960.579)	-	(919.411)	-	(919.411)
Derivativos de crédito	-	(6.727)	-	(6.727)	-	(5.808)	-	(5.808)
Outros	(334.803)	(695.915)	-	(1.030.718)	(71.966)	(293.420)	-	(365.386)
Total	(345.880)	(9.395.821)	-	(9.741.701)	(373.719)	(8.226.950)	-	(8.600.669)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no Nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no mercado.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados na Comissão de Risco de Mercado.

i. Transferências do nível 2

	<u>2013</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Outras movimentações</u>	<u>2014</u>
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo resultado	898.448	-	-	(706.689)	191.759
Ativos financeiros disp. venda	4.550.048	-	-	501.561	5.051.609
Total	<u>5.448.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(205.128)</u>	<u>5.243.368</u>

	<u>2012</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Outras movimentações</u>	<u>2013</u>
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo resultado – (a)	722.121	(18.182)	-	194.509	898.448
Ativos financeiros disp. venda	2.211.495	-	-	2.338.553	4.550.048
Total	<u>2.933.616</u>	<u>(18.182)</u>	<u>-</u>	<u>2.533.062</u>	<u>5.448.496</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2013, referem-se, basicamente, a transferências de debêntures para o Nível 1, nas quais observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o *spread* de crédito vigente.

ii. Composição do nível 3

Ativo	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1.057.525</u>	<u>1.160.170</u>
Ações de Cias. Fechadas	<u>1.057.525</u>	<u>1.160.170</u>
Total	<u>1.057.525</u>	<u>1.160.170</u>

iii. Movimentação do nível 3

Ativo	<u>Ativos financeiros ao valor justo resultado</u>		<u>Ativos financeiros disp. venda</u>		<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	-	343.825	1.160.170	1.480.681	-	1.876
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Vendas e/ou Resgates		(343.825)	(36.772)	(241.124)	-	(3.419)
Ações Cias Fechadas – (a)	-	(343.825)	(36.772)	(241.124)	-	-
Derivativos de crédito	-	-	-	-	-	(3.419)
Transferências			(47.026)	-	-	-
Para Nível 1 - Debêntures – (b)	-	-	(47.026)	-	-	-
Resultado	-	-	(65.873)	(32.361)	-	1.543
Ações Cias Fechadas	-	-	(65.873)	(32.361)	-	-
Derivativo de Crédito	-	-	-	-	-	1.543
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.057.525</u>	<u>1.160.170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Passivo	Instrumentos financeiros derivativos	
	2014	2013
Saldo inicial	-	104
Vendas/Resgates	-	(1.046)
Derivativo de crédito	-	(1.046)
Resultado	-	942
Derivativo de crédito	-	942
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Os valores movimentados na rubrica “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” referem-se à rerepresentação dos saldos do BV Empreendimentos S.A. em atendimento ao IFRS 10, conforme Nota Explicativa nº 2g.
- (b) Observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o *spread* de crédito vigente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros ao custo amortizado

O saldo contábil e o respectivo valor justo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado são:

	Valor contábil	Valor justo	Ganho/ (perda) não reconhecido
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Empréstimos e recebíveis – (a)	52.588.308	52.588.308	-
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Operações compromissadas	(10.590.645)	(10.113.100)	477.545
Pass. financ. ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos – (b)	(17.594.080)	(17.594.080)	-
Depósitos de instituições financeiras	(1.229.727)	(1.319.779)	(90.052)
Depósitos de clientes	(2.348.533)	(2.556.163)	(207.630)
Obrigações por empréstimos e repasses	(6.661.777)	(6.685.547)	(23.770)
Títulos emitidos	(40.264.658)	(40.600.289)	(335.631)
Passivos subordinados	(6.239.538)	(7.596.822)	(1.357.284)
Total	<u>(24.253.814)</u>	<u>(25.842.245)</u>	<u>(1.588.431)</u>

- (a) As operações de crédito são contabilizadas pelo seu valor de justo em decorrência, principalmente, da estrutura de *Hedge Accounting*.
- (b) Refere-se, principalmente, ao passivo associado a cessão de carteira de crédito, dessa forma já representa o valor justo da operação.

38 Outras informações

a. Benefícios a empregados

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Instituição implementou no primeiro semestre de 2013 o novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Instituição possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados e diretores do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Instituição baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Instituição e, em contrapartida, a Instituição entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos no resultado em Despesas de Pessoal - Proventos do Conglomerado R\$ 164.313 (R\$ 28.476 em 2013) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie. Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado registrou na rubrica de Outros passivos - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 191.205 (R\$ 28.476 em 2013).

Cálculo do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado concedeu 87.178.062 (22.456.547 em 2013) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2013, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

b. Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

c. Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

d. Nova parceria comercial com o Banco do Brasil

O Banco Votorantim S.A. (“BV”) e o Banco do Brasil S.A. (“BB”) aprovaram em 12/08/2014 uma parceria para a ampliação da capacidade comercial e de prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, visando ganhos de eficiência operacional e especialização em Crédito Consignado. Esta parceria prevê a utilização de subsidiária integral vinculada ao BV, que atuará como promotora de vendas e gestora da rede de correspondentes negociais.

A efetivação do negócio está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

e. Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

f. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - 2014

(i) Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14

Com a publicação da Lei 12.865/13, em outubro de 2013, ficou instituído o programa de parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em julho de 2014.

Com a publicação da Lei 12.996/14, houve a reabertura do programa de parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/09, para, entre outros, de débitos relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para com a Fazenda Nacional, relativos a quaisquer tributos vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em agosto de 2014.

Com base no programa de parcelamento proposto pelo Governo Federal, a Instituição decidiu:

- Em julho de 2014, aderir ao REFIS, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de COFINS oriundos de sua controlada BV Financeira, aplicando-se a redução de 100% das multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal. O valor pago na adesão a este programa foi de R\$ 13.936, sendo 100% do valor pago com desembolso de caixa da Instituição, com registro na despesa de obrigações tributárias;
- Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento com depósito judicial, para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS, no Banco Votorantim e em suas controladas BV Financeira e Votorantim CTVM. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar. O valor ora reclassificado será atualizado pela taxa SELIC até a data da efetiva conversão do depósito; e
- Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a desmutualização da CETIP oriundos de suas controladas Votorantim CTVM e Votorantim ASSET, aplicando-se a redução de multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal.

A seguir, detalhamento dos efeitos em resultado com a adesão ao REFIS.

	<u>2014</u>
Detalhamento dos efeitos com REFIS (efeitos em resultado)	
Reversão da Obrigação Fiscal de IRPJ e CSLL	191.767
Constituição do Contas à Pagar de IRPJ e CSLL	(174.765)
Pagamento da COFINS objeto de adesão ao REFIS	(13.936)
Benefício pela redução de multa e juros	62.825
Outras despesas tributárias relacionadas ao REFIS	(536)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	65.355
Despesa de IRPJ e CSLL sobre os ajustes do REFIS	(3.339)
Resultado após despesa de IRPJ e CSLL	62.016